



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(SESSÃO CONJUNTA)

ANO LXIV - N° 005 - QUARTA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 2009 - BRASILIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **JOSÉ SARNEY** – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado **MARCO MAIA** – PT-RS

2º Vice-Presidente

Senadora **SERYS SLHESSARENKO** – BLOCO PT-MT

1º Secretário

Deputado **RAFAEL GUERRA** – PSDB-MG

2º Secretário

Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO** – PTB-PI

3º Secretário

Deputado **ODAIR CUNHA** – PT-MG

4º Secretário

Senadora **PATRÍCIA SABOYA** – PDT-CE

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 5^a SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 12 DE MAIO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2.1 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o bicentenário da Polícia Militar do Distrito Federal–PMDF, nos termos do Requerimento nº 158, de 2009, do Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores e do Requerimento nº 4.325, de 2009, do Deputado Tadeu Filipelli e outros senhores deputados. 01398

1.2.2 – Fala da Presidência

Senadora Serys Ikhessarenko 01398

1.2.3 – Oradores

Senador Adelmir Santana 01399

Deputado Tadeu Filipelli 01401

Senador Cristovam Buarque 01402

Deputado Laerte Bessa 01403

Senador Arthur Virgílio 01405

Deputado Rodrigo Rollemberg 01408

Deputado Capitão Assumção 01409

Senador Marcelo Crivella 014010

Deputado Paes de Lira 01412

Deputado João Campos 01413

Coronel Antonio José de Oliveira Cerqueira, Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal 01416

Senador Romeu Tuma (nos termos do art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal) ... 01418

1.3 – ENCERRAMENTO

CONGRESSO NACIONAL

2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 5ª Sessão Conjunta (Solene), em 12 de Maio de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko e do Sr. Adelmir Santana

(Inicia-se a Sessão às 11 horas e 4 minutos, e encerra-se às 13 horas e 29 minutos)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Solicito aos senhores e às senhoras que tomem assento, pois vai ser aberta a sessão.

Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional, destinada a comemorar o bicentenário da Polícia Militar do Distrito Federal.

Como 2ª Vice-Presidente do Senado, por impossibilidade do nosso Presidente José Sarney, estamos abrindo esta sessão, agradecendo a presença de todos e de todas.

Iniciamos, compondo a Mesa. Convidamos o Senador autor do requerimento que dá origem a esta sessão solene conjunta do Congresso Nacional, Senador Adelmir Santana. O requerimento é do Senador Adelmir Santana e do Deputado Federal Tadeu Filippelli.

Convidamos o Senador Adelmir Santana, para participar da Mesa; também o Exmº Sr. Valmir Lemos de Oliveira, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. Por favor, componha a Mesa conosco.

Convidamos o Exmº Sr. Coronel Antonio José Cerqueira, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, para que componha a Mesa conosco.

Convidamos todos, para, de pé, cantarmos o Hino Nacional, que será executado pela Banda da Polícia Militar do Distrito Federal.

(Execução do Hino Nacional.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Gostaríamos de registrar, com muita alegria, a presença de todos e de todas, citaremos alguns: Exmº Sr. Capitão de Mar e Guerra, Cid Augusto Claro Junior, representando o Comandante da Marinha do Brasil; Exmº Sr. Coronel Ivan Gonçalves da Rocha, Chefe da Casa Militar do Governo do Distrito Federal; Exmº Sr. Coronel Anselmo José de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, representando todos os comandantes das corporações dos Estados;

Exmº Sr. Coronel Sebastião Vaz da Silva, Presidente do Conselho Nacional de Chefes de Casas e Gabinetes Militares do Brasil, representando todos os chefes dos Estados; Srs. Membros da Polícia Militar; Srs. Membros do Corpo de Bombeiros; Srs. Membros da Polícia Civil; senhoras e senhores convidados; já fizemos as saudações em geral, saudamos todos que compõem esta Mesa conosco neste momento, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Parlamentares; comemoramos hoje o bicentenário de criação de uma das instituições mais sólidas e respeitáveis do Brasil: a Polícia Militar do Distrito Federal. São 200 anos de serviços prestados à Nação brasileira e, de maneira particular, à população de sua capital, primeiramente a belíssima cidade do Rio de Janeiro e, desde 1966, Brasília, uma das mais preciosas joias da arquitetura de todos os tempos.

A história da Polícia Militar do Distrito Federal remonta ao início do século XIX, mais precisamente à chegada da corte portuguesa ao Brasil. Dom João VI, Príncipe Regente, promoveu, logo ao chegar, uma forte estruturação do Brasil para atender as necessidades da nova sede do império português.

Foi assim que ocorreu a abertura dos portos às nações amigas, evento basilar para a pavimentação do processo de independência do Brasil, que ocorria 14 anos depois, em 1822. Na esteira da chegada da corte, foi criado o Arquivo Militar, a Academia de Belas Artes, a Biblioteca Pública, o Jardim Botânico e o nosso Banco do Brasil, instituições que muito contribuiriam para o desenvolvimento e para a afirmação do nosso País como uma Nação de fato.

Era preciso ainda garantir a segurança da corte e da nova capital do reino, o Rio de Janeiro. Sendo assim, o Príncipe Regente criou, em 13 de maio de 1809, a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, também chamada de Corpo de Quadrilheiros, primeiro núcleo da Polícia Militar do Distrito Federal, com a missão de guardar e vigiar a cidade do Rio de Janeiro.

A Polícia Militar do Distrito Federal foi rebatizada diversas vezes durante as inúmeras fases da vida política brasileira. Atravessou incólume o epílogo do Brasil

Colônia, o reinado de Dom Pedro I e de Dom Pedro II, a Proclamação da República e todos os episódios da conturbada vida republicana brasileira.

Seis anos após a inauguração da nova Capital, a PMDF foi transferida para Brasília, contando com o valoroso engajamento de policiais militares do Rio de Janeiro e de homens do Exército, além de profissionais de segurança pública remanejados de outras instituições do País.

Após o término do período militar, quando nossa vida social e política felizmente encontrou um rumo mais tranquilo – ancorado na volta da normalidade democrática –, a Polícia Militar do Distrito Federal continuou atuando diuturnamente para garantir segurança e bem-estar à população do Distrito Federal.

Neste início de século XXI, quando o Brasil se depara com o aumento vertiginoso da violência urbana, a Polícia Militar do Distrito Federal mostra-se pronta para combater a criminalidade, sempre promovendo os valores da cidadania e do respeito aos direitos humanos. Atuando sob o lema “Polícia Militar – muito mais que segurança”, a Polícia Militar do Distrito Federal garante ao povo de Brasília e de todas as outras cidades do Distrito Federal a tranquilidade necessária para uma vida de paz, harmonia e prosperidade.

Nesta ocasião, gostaria de cumprimentar, em nome da Mesa Diretora e da Presidência do Senado da República, o Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, Coronel Antonio José de Oliveira Cerqueira, em nome de quem parabenizo todos os homens e mulheres que fazem parte dessa corporação motivo de orgulho para todos os cidadãos brasilienses. É o reconhecimento do Parlamento brasileiro pelos 200 anos de uma história de competência e bravura, que tanto honra o Brasil e os brasileiros.

Gostaria de, encerrando, dizer que esta é uma sessão solene do Congresso Nacional, Câmara e Senado juntos, para homenagear realmente a nossa bicentenária Polícia Militar do Distrito Federal, polícia essa que, às vezes, a gente ouve – dessa e de todos os outros Estados – seja Militar ou Civil, às vezes, a gente ouve críticas quando alguma coisa não dá certo. Mas, geralmente, muita coisa dá certo e, às vezes, a gente não ouve os elogios.

Então, que esta sessão de hoje seja uma sessão para realmente comemorar os grandes serviços positivos que a Polícia Militar do Distrito Federal e do Brasil, como um todo, presta aos brasileiros e às brasileiras, e especialmente a Polícia Militar do Distrito Federal presta a todos os brasilienses e às brasilienses.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slheressarenko. Bloco/PT – MT) – Convido o Deputado Tadeu Filippi,

Deputado Tadeu Filippi, requerente desta sessão solene juntamente com o nosso Senador Adelmir Santana, para compor a Mesa conosco.

Deputado Tadeu Filippi, por favor.

Passaremos inicialmente a palavra ao Senador Adelmir Santana, como requerente desta sessão e, logo de imediato, ao Deputado Tadeu Filippi, também como requerente desta sessão solene.

Senador Adelmir Santana, V. Ex^a pode fazer uso da palavra, por favor.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Saúdo a Exm^a Sr^a Senadora Serys Slheressarenko, que preside esta sessão; o Exm^º Sr. Deputado Federal Tadeu Filippi, coautor do requerimento da sessão de homenagem; o Exm^º Sr. Secretário Valmir Lemos de Oliveira, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal; o Exm^º Sr. Coronel Antonio José Cerqueira, Comandante-Geral da Polícia Militar do DF; o Exm^º Sr. Coronel Anselmo José de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Policiais Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, representando todos os Comandantes das corporações dos Estados, em nome do qual saúdo todos os demais Comandantes. Quero ainda saudar o Coronel Sebastião Vaz da Silva, Presidente do Conselho Nacional e Chefes das Casas e Gabinetes Militares do Brasil, representando todos os Chefes de Estados; o Coronel Ivan, que é nosso Chefe da Casa Militar aqui do Governo do Distrito Federal; os Srs. Membros da Polícia Militar, os Srs. Membros do Corpo de Bombeiros, os Srs. Membros da Polícia Civil, os Srs. Convocados, os Srs. Senadores, as Sr^{as} Senadoras, os Srs. Deputados, as Sr^{as} Deputadas.

No contexto desta homenagem que o Congresso Nacional hoje presta à Polícia Militar do Distrito Federal, pelo transcurso do seu bicentenário, desejo aqui expressar o apreço e a gratidão do povo de Brasília a essa instituição que, com tanta dedicação e profissionalismo, trabalha para garantir o nosso bem-estar e a nossa tranquilidade.

O ordenamento jurídico da Nação define como obrigação do Estado a garantia de uma série de serviços públicos à coletividade. Dentre todos esses, contudo, a segurança pública destaca-se por ser, pela sua própria natureza e essência, indelegável.

A renúncia ao exercício da justiça privada, em prol do acatamento do Poder de Polícia e de distribuição de justiça pelo Estado, é o fundamento primeiro da vida civilizada.

De outra parte, a Carta da República, já nas primeiras linhas de seu Título concernente aos Direitos e Garantias Fundamentais, assegura a todos “a inviola-

bilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade". E, na garantia desses direitos, é evidentemente crucial o papel desempenhado pelos órgãos de segurança pública.

As pesquisas de opinião, que buscam aferir os assuntos que são motivos de maior preocupação entre os brasileiros, por seu turno, comprovam sempre estarem as questões de segurança pública no topo dessa lista.

Tudo isso, Srs. Congressistas, convidados e homenageados, são elementos que servem para ilustrar, em alguma medida, as altas responsabilidades de que está incumbida a Polícia Militar do Distrito Federal. A corporação é presente no cotidiano de uma comunidade que se afirma como o quarto núcleo populacional do País, hoje com cerca de dois milhões e quinhentos mil habitantes.

A população de Brasília sabe, de fato, que pode contar com a sua Polícia Militar para a garantia de sua paz e da tranquilidade. Foi a PM que teve papel de destaque na década passada, quando a sociedade brasiliense uniu-se em pacto para implantar as faixas de pedestre, humanizando o trânsito na Capital Federal – iniciativa do nobre Senador e Governador à época, Cristovam Buarque. Mais de dez anos se passaram e Brasília tornou-se exemplo nacional pelo respeito à faixa de pedestre, devendo agradecer à Polícia Militar pela atenção que teve para que esse resultado se concretizasse.

É a PM, também, que ajuda a manter viva a chama da chamada Lei Seca do Trânsito. Diariamente, integrados com o Detran-DF, os componentes dessa força desenvolvem a consciência da população brasiliense, mostrando a incompatibilidade da bebida alcoólica com a direção de veículos. É uma situação de efeito prático inigualável, que salva vidas e impede dramas diários.

Sempre atual, a Polícia Militar do Distrito Federal é uma das diversas instituições brasilienses da mais alta relevância, cuja criação foi consequência da vinda da Família Real para o Brasil, em 1808.

Aos moldes da já existente Guarda Real de Polícia, uma instituição militar, D. João VI determinou, duzentos anos atrás, no dia 13 de maio de 1809, a criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, primeiro núcleo da Polícia Militar do Distrito Federal. A missão da nova entidade, também denominada Corpo de Quadrilheiros, era guardar e vigiar a cidade do Rio de Janeiro.

A transferência da Capital da República para o Planalto Central, em 1960, não determinou a imediata instalação da Polícia Militar do Distrito Federal na cidade recém-inaugurada. Foi somente em 1965 que o Diretor do então Departamento Federal de Segurança Pública editou normas determinando ao Comandante-

Geral da corporação, naquela época ainda sediada no Estado da Guanabara, que instalasse na nova Capital uma unidade administrativa com efetivo orgânico de uma Companhia de Polícia Militar. Essa Companhia tinha por dever executar o serviço de trânsito do novo Distrito Federal.

A efetiva instalação da Polícia Militar do Distrito Federal aqui em Brasília somente viria a ocorrer no ano seguinte. Foi no ano de 1966 que profissionais vindos da Polícia Militar da Guanabara, juntamente com oficiais do Exército Brasileiro e mais alguns homens remanejados de outras instituições de segurança pública, foram reunidos para assegurar a efetiva instalação da PM aqui no Planalto Central, em virtude da reorganização do Distrito Federal em sua nova sede.

De lá para cá, a Polícia Militar do Distrito Federal deu continuidade, com muita honra e profissionalismo, à sua já então gloriosa tradição. Na oportunidade em que completa duzentos anos de existência, a Polícia Militar do Distrito Federal registra, também, 43 anos de dedicação à segurança pública da nova Capital do País.

Atuando nas 29 regiões administrativas que compõem o Distrito Federal, a corporação trabalha dia e noite para o bem-estar da nossa comunidade, permanentemente guiada pelo seu lema: "Polícia Militar do Distrito Federal – muito mais que segurança".

Ao arrolarmos algumas das qualidades que melhor definem o perfil dos profissionais que integram a nossa Polícia Militar, precisaríamos incluir, com certeza, a honestidade, a coragem, a honra, a lealdade, a integridade, a ética e a transparéncia.

Tendo como base a hierarquia e a disciplina, valores institucionais que determinam sua organização interna e o relacionamento entre os seus integrantes, a corporação consegue manter-se em sintonia com as aspirações da comunidade local, sempre apta a oferecer serviços de segurança pública com um padrão de excelência.

A estrutura da Polícia Militar tem estado, ao longo dos seus duzentos anos de existência, em processo de constante aprimoramento. Hoje, a corporação é integrada por quase dezessete mil policiais militares, treinados e capacitados para atender qualquer tipo de solicitação da comunidade do Distrito Federal, agora com exigência, inclusive, de nível superior em todos os escalões da corporação.

Atuando nas áreas urbanas e rurais, nas reservas ambientais, nas escolas, no trânsito e até no ar, o policial militar do Distrito Federal não mede esforços para exercer com presteza sua mais nobre missão: proteger os cidadãos e as cidadãs que residem na Capital da República.

Por tudo isso, como Senador representante do Distrito Federal, coloco-me publicamente como defensor do Plano de Cargos e Salários para aplicação na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do DF, ora em análise na Casa Civil da Presidência da República.

Disponho-me a trabalhar pela aprovação da Medida Provisória que está em elaboração, tal como fiz no acompanhamento de outros projetos de interesse da PM do Distrito Federal. Este é um papel consciente que assumo, como morador de Brasília e homem público comprometido com o futuro da cidade.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, convidados, em Brasília, como em todas as grandes cidades do mundo contemporâneo, a segurança pública é uma questão complexa, delicada e que muito preocupa a população. É um privilégio, portanto, para todos nós do Distrito Federal, para o povo da Capital da República, poder contar com uma instituição de segurança com a atitude de profissionalismo, seriedade e dedicação demonstrada pela Polícia Militar do Distrito Federal.

No momento em que cumprimento a Polícia Militar do Distrito Federal pelos duzentos anos de profícuo trabalho, manifesto, também os agradecimentos da comunidade local pelo empenho desses profissionais em garantir a nossa segurança e tranquilidade.

Pessoalmente, tenho orgulho de contar com in-calculável número de amigos dentro da Polícia Militar do DF, conquistados em mais de quatro décadas de convivência em Brasília. Através de todos esses homens (hoje também mulheres) – temos até oficiais superiores aqui –, pude entender a filosofia de trabalho de uma corporação que vive sob tensão permanente, mas não perde a ternura.

Nessa linha, agradeço a honra de haver sido escolhido para receber a Medalha dos Duzentos Anos da Polícia Militar do DF, homenagem marcante na minha vida, e coloco-me à disposição de toda a corporação nas suas lutas legítimas.

No limiar dos cinquenta anos de Brasília, é confortador saber que somos protegidos por uma Polícia Militar que ostenta duzentos anos de experiência e dedicação à sociedade. Deus salve a PM do Distrito Federal!

Não é comum no Brasil instituições de duzentos anos. Merece, portanto, a Polícia Militar a homenagem que fazemos aqui no Congresso Nacional. Uma instituição de duzentos anos tem o apreço de todos nós e deve ser sempre comemorada, porque no Brasil, infelizmente, as instituições surgem e desaparecem. A Polícia Militar é uma instituição que nos engrandece a todos.

Eu estou certo de que a presença aqui de vários Comandantes, ou de todos os Comandos – quando não estão os Comandantes-Gerais, estão seus representantes –, é também uma homenagem que o Brasil presta à Polícia Militar do Distrito Federal.

Mais uma vez, que Deus salve a PM do Distrito Federal!

Era o que eu tinha a dizer em homenagem aos senhores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Adelmir Santana.

Antes de passar a palavra ao Deputado Tadeu Filippelli, gostaria de registrar que também é requerente desta sessão de homenagem o Senador Cristovam Buarque – peço desculpas ao Senador por ter omitido seu nome na abertura da sessão. São requerentes os Senadores Cristovam Buarque e Adelmir Santana e o Deputado Tadeu Filippelli. Na abertura da sessão, citei apenas o Senador Adelmir Santana e o Deputado Tadeu Filippelli; também o Senador Cristovam Buarque requereu a realização desta sessão.

Como preciso me retirar agora, passo a Presidência ao nosso requerente, o Senador Adelmir Santana. Antes, porém, faço a inscrição do Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra o Deputado Tadeu Filippelli.

A Sra. Serys Slhessarenko, 2^a Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana.

O SR. TADEU FILIPPELLI (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Saúdo a Exm^a Sr^a Senadora Serys Slhessarenko, que até o momento presidia esta solenidade e agora nos honra fazendo parte da Mesa Diretora. Saúdo o Senador Adelmir Santana, representante do Distrito Federal que preside esta sessão no momento e é o autor desta belíssima homenagem. Gostaria, a propósito, de agradecer ao Senador Adelmir Santana por permitir que me associasse ao requerimento de homenagem aos duzentos anos da Polícia Militar. Quero saudar também o nobre Senador e Líder nesta Casa Arthur Virgílio; o Senador Marcelo Crivella; o Deputado Bessa, que representa aqui a bancada do PMDB na Câmara Federal; o Deputado Rodrigo Rolemberg, Líder do PSB; o Exm^o Sr. Valmir Lemos de Oliveira, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e o Exm^o Sr. Coronel Antônio Cerqueira, Comandante Geral da Polícia Militar do DF.

Saúdo as demais autoridades, os senhores membros da Polícia Militar, os senhores membros do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil, as senhoras e os senhores presentes.

Ouvi atentamente as falas da Senadora Serys Ilhessarenko e do Senador Adelmir Santana. A abordagem sob o ponto de histórico, o resgate de toda a história da Polícia Militar foi feita de forma impecável, traduzindo e demonstrando a justeza desta homenagem aos duzentos anos da Polícia Militar. Tanto na fala da Senadora Serys Ilhessarenko como na do Senador Adelmir Santana, ficou patente um fato: o orgulho que todos os Parlamentares da bancada do Distrito Federal – os oito Deputados e os três Senadores – têm quando se referem ao nosso sistema de segurança. Digo isso sem desmerecer as Polícias dos demais Estados. São inegáveis o orgulho e a honra que sentimos quando defendemos a nossa Polícia Militar, o nosso Corpo de Bombeiros e a nossa Polícia Civil como instituições de grande respeito e honradez em todo o nosso País.

A história em si já faz justiça, e esta homenagem mostra isso. A manifestação desse reconhecimento é obrigação nossa, deve ser obrigação para todos nós em virtude do dia a dia, em virtude da convivência que temos com essas instituições no Distrito Federal – moramos aqui e somos representantes do Distrito Federal.

Por quê? Neste ponto, deixo o discurso que havia sido preparado para manifestar aqui o meu compromisso com as instituições citadas e dizer que, às vezes, somos testemunhas de injustiças que podem agredir, que podem desmerecer, que podem, mais do que isso, constranger ou limitar a ação desses órgãos de segurança no Distrito Federal. Nós temos de ter coragem, temos de ter a mesma coragem que a Polícia Militar mostra no seu dia a dia ao defender a sociedade do Distrito Federal. Temos de reconhecer o que pode ser, muitas vezes, algum tipo de manobra, algum tipo de crítica, algum tipo de restrição projetada, programada em detrimento da ação da Polícia.

Portanto, entendo que mais do que aqui resgatar a história da Polícia Militar, mais do que reconhecer o desempenho de todos os senhores e senhoras que constituem essa centenária instituição, é preciso seguir o Senador Adelmir Santana e assumir compromissos com tudo aquilo que dependa do nosso Congresso para o fortalecimento das instituições.

Defendendo cada um de vocês, defendendo a instituição de forma geral, nós estamos defendendo o Distrito Federal, estamos investindo na normalidade da vida do Distrito Federal.

Portanto, meus caros amigos da Polícia Militar, amigos do Corpo de Bombeiros Militar e também amigos da Polícia Civil, como é o caso do Deputado Laerte Bessa, quero deixar claro o nosso reconhecimento à luta, à determinação e à coragem de cada membro dessa instituição – instituição que não é uma linha de

produção, que não é, de forma alguma, fornecedora de material: é uma instituição montada, feita, constituída por cada membro dela, sendo que seu principal patrimônio está em cada membro, em cada mulher, em cada homem que a compõe.

Queria reafirmar aqui essa nossa admiração, essa nossa amizade e, sobretudo, o nosso compromisso com a defesa e com a luta de todos os senhores.

Muito obrigado e parabéns pelos duzentos anos da Polícia Militar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Muito obrigado, Deputado Tadeu Filippelli.

Como orador inscrito e requerente também desta sessão, convidado para fazer uso da palavra o Senador Cristovam Buarque.

Vamos fazer uma intercalação entre Senadores e Deputados. O próximo Deputado inscrito é o Deputado Laerte Bessa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, eu quero, antes de qualquer outra autoridade, cumprimentar aqueles da Polícia Militar do Distrito Federal que, em algum momento de sua história, perderam a vida lutando pela segurança da nossa população. É para esses soldados que deram a vida, para suas famílias que eu dirijo minhas primeiras palavras, com meus agradecimentos como cidadão brasiliense, como Senador da República, como ex-Governador do Distrito Federal.

Quero cumprimentar muito especialmente o Coronel Cerqueira, com quem eu tive o privilégio de trabalhar e pude acompanhar sua competência. Quero cumprimentar o Exmº Capitão de Mar e Guerra Augusto Claro Junior, o Sr. Valmir Lemos de Oliveira, Secretário de Segurança, que eu tenho a honra de conhecer. Quero cumprimentar o Coronel Ivan Gonçalves da Rocha e, obviamente, o Deputado Filippelli, cumprimentando-o, inclusive, pelo belo discurso que acaba de fazer, e o meu colega e amigo Adelmir Santana, também pela iniciativa de convocar esta sessão e pelo que falou aqui da história.

Mas eu quero cumprimentar o Coronel Anselmo José de Oliveira, que representa todos os comandantes das corporações, e pedir desculpas a ele para ser pretensioso, dizendo que eu considero que a nossa Polícia Militar do Distrito Federal é a melhor de todo o Brasil. E vou dar as explicações, com todo o respeito à luta, ao heroísmo, à força das outras.

Em primeiro lugar, a ética.

Temos escutado denúncias, sobretudo sobre esta Casa aqui, a qual eu pertenço, sobre o Congresso em geral, mas temos escutado muitas denúncias sobre Polícias no Brasil. Não há uma denúncia de compor-

tamento equivocado, eticamente, da Polícia Militar do Distrito Federal. Ao longo desses meses, desses anos de tantas denúncias de mau comportamento, em tantas instâncias, a nossa Polícia tem estado, sim, protegida pelo bom comportamento.

O outro aspecto é o profissionalismo. Essa foi uma das grandes surpresas que eu tive como Governador; apesar de conhecer a PM, apesar de ter feito campanha com muitos, e escutado, e acompanhado, apesar de, quando Reitor, ter tido uma convivência boa com a Polícia, eu quero dizer que foi uma grande surpresa, para mim, eu ter convivido com a PM como seu Comandante e ter visto o profissionalismo de toda a tropa, que eu resumo, listando aqui os comandantes que eu tive, com os quais, em nenhum momento, eu tive qualquer problema de relacionamento.

Anotei os nomes, mas não na ordem. Vou tentar colocar na ordem. Eu me lembro de que fiquei algum tempo ainda com o Comandante Cavalcante e vi o comportamento sério que ele teve. Eu tive um contato igual, já não seguindo a ordem, com o Coronel Ney, que demonstrou, para mim, uma relação de profundo respeito mútuo. Coronel Leoi – não sei qual deles está aqui –, com o qual eu tive tão boa relação. Coronel Souza Pinto. O Coronel Túlio, ao qual que devo muito, pela forma como comandou a Polícia naquele momento e de quem eu me tornei, inclusive, um amigo muito próximo. E o Coronel Person.

Com todos eles, de cada um deles, eu senti o profissionalismo, como essa tropa é capaz de trabalhar com qualquer Governador, de qualquer partido, colocando a profissão, a corporação de acordo com as exigências da liderança civil do momento, porque a liderança militar fica.

O terceiro ponto depois da ética e do profissionalismo é a disciplina. Eu não sei se a gente pode – e peço outra vez desculpas ao Coronel Anselmo – dizer que há outra com o grau de disciplina que nós acompanhamos aqui. Certamente há outras, mas a nossa tem sido um exemplo.

Nós tivemos problemas no Brasil inteiro nesse processo de redemocratização, em que não entendíamos bem como era o funcionamento civil-militar. Nós tivemos até equívocos, conflitos. Na nossa Polícia Militar, a disciplina sempre prevaleceu. Mesmo quando tivemos – e temos ainda – soldados licenciados para exercer cargos públicos eleitorais, nós tivemos, sim, a disciplina.

O Deputado Bessa, que nos prestigia aqui, é da Polícia Civil. Creio que, pelo lado da Polícia Civil, ele é capaz de reconhecer isso.

O quarto ponto é a competência. A Academia da Polícia Militar, onde estive diversas vezes, para

mim é um exemplo de competência – não apenas de academia militar, é um exemplo de academia, ponto, comparando com as academias que temos do poder civil, do mundo intelectual, das universidades.

Um outro ponto é o heroísmo. Em nenhum momento que foi preciso testar a Polícia, enfrentando bandidos, em diversos problemas que nós tivemos – eu não vou listá-los aqui –, em nenhum momento eu senti qualquer titubeio para levar adiante as ordens, para levar adiante, com risco da própria vida, o cumprimento da lei. Quando bandidos, ou, falando no singular mas não citando o nome, vindo de Goiás tentou entrar aqui, eu vi o comportamento da Polícia. Quando tivemos problemas internos em que o tráfico tentou, sim, ocupar o Distrito Federal, eu vi o comportamento. Então, quero deixar claro aqui o heroísmo como uma característica.

E, finalmente, e é a razão de ser deste encontro, a história. Duzentos anos, só nós aqui e o Rio de Janeiro.

Mas não só a história em termos de tempo, a história em termos de como foi construída a Polícia Militar do Distrito Federal, a grande e imensa marcha do Rio de Janeiro até aqui dos pioneiros da Polícia Militar.

Essa história, quero deixar claro que, para nós, do Distrito Federal, é um orgulho tão grande quanto é o orgulho de termos as obras de Niemeyer, o traçado de Lúcio Costa, os pioneiros que fizeram esta cidade.

Temos algumas coisas das quais nos orgulhamos como brasilienses, e uma delas, sem dúvida alguma, é essa bela, heroica, competente, ética, disciplinada e histórica corporação da Polícia Militar do Distrito Federal.

Por isso, parabéns ao Distrito Federal, ainda mais do que parabéns a vocês, que fazem essa Polícia. E, como brasiliense, muito obrigado por vocês existirem com todas essas qualidades que nos orgulham. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Parabéns, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Laerte Bessa, como orador inscrito. Laerte Bessa fala como Líder do PMDB.

O SR. LAERTE BESSA (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar a Mesa, todas as autoridades presentes, mesmo porque a Mesa está composta de amigos.

Identifiquei todos os componentes da Mesa como meus amigos pessoais, a começar por Adelmir Santana, nosso querido senador; meu grande amigo Senador Arthur Virgílio, que aprendi a conhecer e admirar naquele encontro em Manaus; queria cumprimentar também meu amigo e irmão, companheiro de partido,

Tadeu Filippelli; cumprimentar outro irmão, que trabalhou comigo, Valmir, Secretário de Segurança Pública; cumprimentar também meu amigo Cerqueira; todas as autoridades presentes da Polícia Militar e Civil; e as pessoas da área civil, que também estão aqui.

O discurso do colega Adelmir Santana foi bem colocado, porque S. Ex^a narrou todo o histórico da Polícia Militar de 1809 para cá. Foi muito bem colocado, e acho até desnecessário repetir o que foi dito. O discurso foi complementado também pelo colega Tadeu Filippelli e pelo Senador Cristovam, no que concerne à parte moral e à parte significativa e atuante da nossa Polícia Militar. Filippelli conhece muito bem a Polícia Militar do Distrito Federal; Cristovam já foi Governador do Distrito Federal e a conhece ainda muito mais, porque teve a Polícia Militar sob sua subordinação.

Quero ressaltar que, no ano passado, a Polícia Civil também foi homenageada. Só que foi lá, na Câmara, no Plenário Ulysses Guimarães, quando completou 200 anos.

Digo que a Polícia Militar e a Polícia Civil do Distrito Federal são oriundas do Rio de Janeiro, da antiga capital; são irmãs, nasceram juntas, juntamente com o Departamento Federal de Segurança Pública, incluindo nossa Polícia Federal.

Tenho orgulho de dizer também que convivi 22 anos da minha vida, intensamente, com a Polícia Militar. Por que digo isso? Porque, quando fui nomeado Delegado de Polícia do Distrito Federal, fui trabalhar no Gama. Claro, eu era novo, não conhecia muito de polícia, tinha muita vontade de aprender a ser polícia, mas comecei a trabalhar com certa inexperiência ainda. E, àquela época, o Gama era violento. Santa Maria não existia ainda, era invasão. Trabalhávamos também com a área do Setor Oeste do Gama. A 20^a DP também não tinha sido inaugurada, e ainda acumulávamos Novo Gama, Pedregal, Céu Azul, Valparaíso, porque, infelizmente, àquela época também, Goiás era deficiente de polícia. Então, tínhamos que fazer das tripas coração. E o que eu fazia? Eu pegava minha equipe, juntamente com a Polícia Militar, e íamos para a rua. Àquela época, era plantão de 24 por 48. E é bom esclarecer que, naquela época, tínhamos apoio também do Juizado de Menores, que trabalhava no sentido de retirar os menores dos bares e similares.

Mas digo isso porque aprendi muito com a Polícia Militar naquela época. Aprendi muito, porque trabalhávamos juntos, com irmandade, com coleguismo, com companheirismo. Trabalhamos juntos de 1986 a 1990. Compartilhei esses momentos com o Tenente Gouveia, na época – não sei se ele está aqui; Tenente Gouveia, hoje Coronel. Ele integrava o Comando do Cefap, lá no

Gama, no Setor Sul do Gama. Trabalhei também com o Tenente, à época, Antônio Carlos, que hoje é Coronel também. Fazíamos parceria; fazíamos parceria também com o colega Tenente Gilberto. São os três Tenentes, à época, que hoje são Coronéis, que testemunharam essa convivência de irmandade no Gama.

Então, por isso, digo que, desde essa época, nunca deixei de acompanhar o trabalho da Polícia Militar, que tenho como irmã não só pelo fato de, hoje, eu ser Deputado Federal e político, mas, durante meus 22 anos de policial civil, posso dizer que vivi intensamente a vida da Polícia Militar, não só como Delegado, ainda plantonista, mas também como Diretor da Polícia Civil do Distrito Federal.

Eu tinha interesse em integrar essas Polícias. Por razões que não merecem comentários no momento, não conseguimos integrá-las, mas Dr. Valmir está imbuído disso. Tenho certeza de que vamos integrar Polícia Civil e Polícia Militar; e, quem sabe, no futuro, a unificação, tão almejada!

Então, eu queria participar isso para vocês, para que possamos saudar, realmente, a Polícia Militar. Como bem disse nosso Senador Cristovam Buarque, não temos dúvida – peço desculpa aos outros Estados: a Polícia Militar do Distrito Federal é a melhor Polícia do Brasil. E não posso também deixar de puxar a sardinha para minha brasa e dizer que a Polícia Civil do Distrito Federal também é a melhor do Brasil.

Olha, gente, naquela época, no Gama ainda, percorríamos muito aquela área e fazíamos muitos flagrantes. Tínhamos de atuar naquela área, porque, senão, não suportávamos a violência do Gama. Os bandidos, naquela época, os criminosos vinham praticar crimes no Gama; saíam de Goiás, da invasão de Santa Maria, e vinham praticar crimes no Gama.

Hoje, tenho uma série de processos arquivados em que policial civil e militar revezavam nos flagrantes. Uma hora o condutor era o policial militar; noutra hora, o policial civil; uma hora era o policial militar a testemunha; noutra hora, o policial civil. E fazíamos essa integração na época. Então, digo, hoje, que isso tem que prevalecer.

Secretário Valmir, estamos torcendo por V. S^a. Sei que V. S^a está fazendo um excelente trabalho. Invista nessa integração de Polícia Civil e Polícia Militar, o que não foi feito no passado, mas pode ser feito agora, de imediato.

V. Ex^a sabe como conduzir isso, e vamos lutar para que a coisa aconteça.

Aqui, eu até pediria aos Senadores presentes, ao Arthur Virgílio, ao próprio Adelmir Santana e ao Cristovam, que apoiassem não só o Plano de Cargos e Sádarios, que está vindo aí, mas também a derrubada do

veto, que foi covardemente retirado lá, na Presidência da República. E sabem por que ele foi covardemente retirado? Porque foi tudo acertado tanto nesta Casa quanto na Câmara.

Fui Relator da Medida Provisória nº 426. Acer-tamos, combinamos apoiar a matéria, todas as Lide-ranças. Houve resistência do Palácio, a princípio, mas conseguimos contornar e, na hora do relatório, aconteceu tudo o que tínhamos combinado, tanto aqui quanto na Câmara. E nosso Presidente vetou.

Por isso, é questão de honra que possamos, amanhã, Senador Arthur Virgílio, derrubar esse veto. Vai haver sessão do Congresso, e vamos votar o veto da Medida Provisória nº 426, que é o risco de morte da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Isso será decidido amanhã.

Coincidentemente, ocorreu com o aniversário de 200 anos da Polícia Militar. Mas é uma questão de honra, amanhã, derrubar, porque, de mentira e promessa nós já estamos cheios, não só eu como a Nação brasileira.

Agora, temos de confiar nos nossos comandantes. Quando falam uma coisa, têm de cumprir...

(Interrupção do som.)

O SR. LAERTE BESSA (PMDB – DF) – Só para encerrar, Sr. Presidente.

Também, esse apoio vai ser para o PCS, que é o Plano de Cargos e Salários. O Filippelli já está imbuído, a nossa Bancada do PMDB também dará todo o apoio para esse plano que está para chegar aqui. Vamos lutar também, gente, mas uma coisa importante: vamos lutar pela autonomia das nossas Polícias, autonomia administrativa e financeira, que ainda falta.

Nós temos condição de nos libertar do Executivo, e precisa, precisa para que a nossa atuação tanto como Polícia Civil, como Militar possa ser isenta de qualquer manuseio por parte dos Governadores.

Vamos lutar por isso. Acredito – eu tenho cer-teza – que nós vamos constar lá, não no Judiciário precisamente, nós temos que ter uma rubrica, lá na Constituição constando Polícia Civil ...

(Interrupção do som.)

O SR. LAERTE BESSA (PMDB – DF) – Sr. Presidente, só mais um minuto.

Polícia Civil e Polícia Militar de todo o Brasil, com a sua letra grifada lá na Constituição Federal, com au-tonomia, como o Ministério Público teve e que, hoje, o Ministério Público é reconhecido. A essa força que o Ministério Público tem nós também temos direito, porque a formação nossa é a mesma.

Então, gente, esta é a minha colocação, é o com-promisso nosso, não só meu como do Filippelli e de

todo o PMDB: trabalhar nesse sentido, porque os pro-jetos já estão correndo nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciênci-a.
Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Agradeço ao Deputado Laerte Bessa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Vir-gílio, pela Liderança do PSDB nesta Casa. Em seguida, ao Deputado Rodrigo Rollemberg.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronun-cia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Adelmir Santana, que, junto com o Deputado Tadeu Filippelli e o Senador Cristovam Buar-que, é um dos proponentes desta bela e oportuna ses-são de homenagem; Ex^{mo} Sr. Valmir Lemos de Oliveira, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal; Ex^{mo} Sr. Coronel Antonio José Cerqueira, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal; Sr^ss e Srs. Parlamentares; senhoras e senhores comandantes e oficiais das polícias militares de quaisquer Armas pre-sentes a esta sessão; senhoras e senhores, eu escutava o Deputado Laerte Bessa falar sobre a oportunidade de se buscar derrubar um veto presidencial.

Eu entendo que nós estamos já dando um grande passo, que é o de votarmos os vetos, porque – e aí eu faço justiça, até para não ser injusto com quem quer que seja – eu jamais conheci um Presidente da Repúblíca que gostasse de ver seus vetos votados. Isso dá aos Presidentes da Repúblíca um poder qua-se ditatorial, porque a última palavra tem de ser do Legislativo, ainda que seja pela manutenção do veto presidencial, mas quem tem que dizer se mantém o veto ou não é o Legislativo. Não se pode simplesmen-te não votar o veto, porque isso agride basicamente a Constituição Federal.

Mas eu ouvi as palavras do Deputado Laerte Bes-sa e asseguro que o nosso Partido votará pela derru-bada do veto por uma razão bem simples *(Palmas.)*

Nós examináramos mais a fundo votar a favor ou votar contra se fosse outro o caráter do Governo que aí está, se fosse um Governo que pouasse no custeio para fazer sobrar dinheiro para investimentos, se fosse um Governo com máquina enxuta, que tra-balhasse com 15 Ministérios em vez de 37, se fosse um Governo que não desperdiçasse nos gastos de cus-teio, como faz a cada ano – inclusive, no ano da crise, quando o Brasil regredirá, quando terá crescimento negativo no seu PIB.

Não importa o que digam as autoridades. Vamos só falar a verdade para o povo: este ano é ano de crescimento negativo e ponto final. Vamos ver quem fala inverdade ao final do ano. Eu não torço contra, só não quero passar pelo ilusionista, pelo mágico, pelo

enganador. Eu não faço esse papel. Neste ano, os gastos correntes estão subindo em uma hora em que a arrecadação está caindo, porque, nos outros anos, não importava quanto o PIB crescesse, 5%, 2%, 3%, sempre o crescimento dos gastos correntes era de 4% a 5% reais, ou seja, descontada a inflação, acima do crescimento positivo do Produto Interno Bruto.

Então, obviamente, se nós tivéssemos um clima de absoluta austeridade, nós diríamos: quem sabe se pudesse abrir um grande diálogo entre as corporações militares e o Governo para se segurar, fazer um aperto de cinto por parte dos militares, de modo a entenderem eles o quadro que está aí. Mas, quando se percebe que o baixo salário do militar se deve ao excesso de Ministérios, se deve ao excesso de viagens e diárias, a uma certa farra fiscal, um quadro fiscal que está começando a desenhar... E anotem o que falo de novo: quando essa crise acabar, não sei se não estamos plantando nós a base de uma crise brasileira, com esses gastos tão exagerados e com a inibição no investimento público. Não importa o que diga a propaganda, o fato é que o investimento público, ano a ano, ou é 0.9, ou é 1.0 ou é 1.1, mas ele não passa disso, porque os gastos correntes têm sido a prioridade, infelizmente, da ação governamental.

Então, óbvio, não iludo ninguém, não sei qual será o resultado. Sou a favor de voto secreto para muita coisa. Para cassação de mandato, não, mas sou a favor de voto secreto para voto, até porque é uma possibilidade de a própria base dos governos, nessa hora, se rebelar e fazer justiça. Não é fácil derrubar um voto presidencial, mas minha Bancada votará pela derrubada do voto.

Eu queria, ainda, dizer algumas coisas. Uma é que tenho uma ligação muito forte com a Polícia Militar do meu Estado. Estou aqui também para homenageá-la na figura do Coronel Dan Câmara, nosso jovem Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas, que é de uma família extremamente ligada à minha. É irmão de um prezado colega de Congresso e prezado amigo pessoal meu, o Deputado Silas Câmara, irmão de figuras muito queridas como o Pr. Samuel Câmara, um dos principais líderes da Assembléia de Deus no País, e do Pr. Jonatas Câmara, que é, sem dúvida alguma, o grande condutor da Assembléia de Deus no Amazonas.

Mas estou aqui, também, para registrar que, por mais que eu tenha vindo a Brasília desde a sua fundação, não necessariamente para Brasília, mas a Brasília, porque o meu pai era Deputado Federal no Rio de Janeiro, se transferiu para cá com a nova Capital, eu vi Brasília nascer, eu me sinto daqui, mas me sinto hóspede aqui, também. Então, a minha segurança e

a da minha família é guardada pela Polícia Civil, Deputado Bessa, e pela Polícia Militar.

Quando aqui nós pudemos, em várias ocasiões, registrar e aprovar conquistas para os policiais militares e civis, de minha parte fiz isso com muito júbilo e sei que esse não é um sentimento só meu, é da Casa como um todo, porque estávamos aqui adequando a defesa da cidade que nos hospeda às forças encarregadas de defender as cidades.

Eu acredito em política de segurança pública se ela for uma coisa sistêmica, algo que tenha a liderança do Presidente da República com muita clareza, algo que tenha o grosso feito pelos Governos de Estado, a parte do dia a dia, do cotidiano e da repressão feita pelo governo do Estado – e não só a repressão.

As políticas públicas devem levar o Estado para competir com os traficantes nos guetos, porque, senão, acaba prevalecendo a justiça dos traficantes. Quando a Justiça mesmo não aparece numa favela do Rio de Janeiro, por exemplo, e há um estupro, quem julga é um juiz que, no outro dia, pode estuprar uma outra menina da favela, mas ele é o juiz, é a autoridade, é o Estado diante da ausência, às vezes vexatória, do Estado brasileiro naquele local.

Então, eu sou a favor de nós disputarmos aquelas almas, aquelas figuras, aquelas pessoas, através da presença de políticas públicas, da presença do Estado maciça e da repressão, sem dúvida alguma.

Nós não temos como fingir que vamos implantar políticas sociais. Enquanto isso, a gente espera 20 anos que tudo aconteça, que tudo vire do avesso. Isso a gente viu que já não deu certo no Rio de Janeiro.

Nós temos de, realmente, juntar as duas coisas: políticas públicas sociais muito fortes e repressão muito dura, para que se possa manter a cidade governada e as pessoas de bem trafegando para lá e para cá, exercitando o seu direito de ir e vir, que é um direito sagrado.

Finalmente, gostaria de dizer que acredito que tem papel para as prefeituras – iluminar as cidades, políticas públicas também, preparar as suas guardas municipais –, tem papel para o terceiro setor – tem ONG de todo o tipo. Aprendi aqui, querido Deputado Rollemberg – aprendi aqui na prática –, que tem ONG boa e tem ONG ruim. Houve época em que eu achava que todas as ONG eram boas. Não passava pela minha cabeça que uma pessoa montasse uma ONG para fazer coisa ruim, porque eu achava uma coisa tão bonita, enfim, eu não tinha essa vocação e, portanto, não fiz nenhuma, mas achava que as pessoas tinham sempre isso. Há uma CPI funcionando aqui, e tem tanta vontade de alguns de não deixar investigar nada, que eu aprendi que existem ONG ruins,

por que senão elas se deixariam investigar com muita facilidade e não teriam seus cães de fila impedindo que aconteçam aprofundamentos de investigações. Mas as boas ONG, as boas OCIP, as boas entidades intermediárias da sociedade civil, estas, meu prezado Presidente Adelmir Santana, estas, Deputado Filippelli, estas precisam ser engajadas na luta para se dar segurança à sociedade.

Acredito muito que a gente pode conseguir. Brasília ainda é, de certa forma, um local seguro – há os locais de crise; a gente sabe quais são os locais de crise, os locais agudos de crise –, mas ainda há uma segurança média, melhor do que nas demais grandes capitais do País. Mas acredito que, mesmo naquelas capitais mais crônicas, é possível se chegar a avanços significativos, como se chegou em Bogotá. O governo colombiano enfrentando uma guerrilha, ao mesmo tempo enfrentando o crime organizado, baseado no tráfico de drogas, o governo conseguiu recuperar Medellín, conseguiu recuperar Cali, conseguiu recuperar Bogotá, para a segurança dos bogotanos, dos de Cali e dos de Medellín, dos cidadãos decentes – mulheres e homens.

Acredito que o Brasil tem de vencer esta luta. Não é uma guerra que apenas envolve – eu já concluo, Sr. Presidente – a troca de tiros para cá ou tiros para acolá – isto faz parte da rotina. E aqui quero também, como o Senador Cristovam Buarque o fez, homenagear os que têm tombado no cumprimento do seu dever.

Mas gostaria muito de dizer que eu não consigo entender a política pública de segurança, de um empurrar para o outro: “A culpa não é minha. Isso aí é culpa do Estado. Aquilo é culpa do Prefeito. Aquilo é culpa do Governador”. É preciso acabar com esse jogo de empurra no Brasil, porque – o Brasil é realmente um País que gosta do jogo de empurra – quanto mais se empurrar responsabilidade de um para o outro, o que acontece é a vitória de quem está muito organizado. Porque, se as forças que têm de combater o crime organizado não se organizam, aqueles que estão organizados para impor a lei deles – que é a falsa lei, é antilei, é anticonstituição –, esses vencem a batalha e causam um grande dano a todos nós.

Encerro, Sr. Presidente, contando algo que mostra o momento que vivemos – peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, mais dois minutos –: eu comprei um carro, toyota, há algum tempo, há dois anos atrás. Paguei uma parte à vista, e a outra, a prazo. Eu não sabia que existia o Banco Toyota; hoje, vejo que tem a maior lógica, pois, se eles vendem muitos carros, por que dar dinheiro a outro banco se se pode ter o seu próprio banco? Estou em Manaus. Minha mulher querendo falar comigo, não conseguiu. Aí, me liga um sujeito, e diz: “O senhor é o

senhor fulano de tal?” Aí, eu digo: “Sou”. “Sr. Arthur Ribeiro” – colocou o sobrenome e não Virgílio –. Eu digo: “Sou”. Ele disse: “Eu sou fulano de tal do Banco Toyota e queria confirmar: o senhor está comprando um carro?” Eu digo: “Estou”. Aí, ele disse: “Queria confirmar seus dados cadastrais. Seu endereço...” Eu digo: “Se o senhor está vendendo para mim um carro, o senhor sabe meu endereço”. Aí, ele disse: “Não, mas eu preciso dos seus dados confirmados”. Eu digo: “O senhor está em que penitenciária? O senhor é assassino? O senhor é estuprador? O senhor é sequestrador? Qual é a categoria de canalhice que o senhor se envolveu?” O sujeito tomou um susto.

Aí, desliguei o telefone e disse-lhe: “Vá falar com quem seja tolo de cair nessa sua conversa de penitenciária, porque essa conversa não é para mim não”. Desliguei o telefone e pronto. Aí minha mulher liga em seguida, e diz: “Arthur, está te ligando o pessoal do Banco Toyota”. Eu disse: “Não me diga! Não me diga que tem Banco Toyota, porque eu acabei de chamar o cara de estuprador, de sequestrador, de assassino, enfim”. Mas, vejam, eu ia falar o quê para ele, eu ia dar os meus dados? Eu não sabia que tinha Banco Toyota, minha mulher não me avisou nada, eu ia dar os meus dados para ele e bancar o trouxa? “Sou da Net, e vou na sua casa”, e aparece o sujeito fardado de funcionário da Net e sequestra. Aí ela disse: “Ele vai te ligar”. Eu disse: “Dúvido que ele me ligue de novo”. De fato, ele acabou se entendendo com ela. Então, esse é o quadro. Esse é o quadro em que a gente não pode receber um telefonema de um banco porque a gente duvida da existência do banco.

Um abraço a todos. Parabéns pelo bicentenário, é uma data muito significativa, vamos estar, se Deus quiser, vivos para comemorar o tricentenário da Polícia Militar daqui há alguns anos.

Quero homenagear o Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, Coronel Anselmo José de Oliveira, representando todos os Comandantes das Corporações dos Estados, e aí, obviamente, tornando a dizer da minha alegria de poder partilhar esta sessão e esta participação da Liderança do PSDB com o meu prezado amigo Coronel Dan Câmara, que é o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas, que é o meu Estado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Obrigado Senador Arthur Virgílio.

Seguindo os oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Rollemberg, pela Liderança do PSB.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, querido Senador Adelmir Santana; prezado companheiro Deputado Tadeu Filippelli, a quem, juntamente com o Senador Adelmir Santana e o Senador Cristovam Buarque, cumprimento pela brilhante iniciativa. Cumprimento, de forma especial, os amigos – Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal – Dr. Valmir Lemos de Oliveira e o Comandante Coronel Cerqueira; quero cumprimentar também todos os oficiais militares, todos os comandantes de corporação, todos os praças aqui presentes, e dizer da minha alegria de representar a Bancada do Partido Socialista Brasileiro nesta solenidade de reconhecimento do papel importante e estratégico desempenhado pela Polícia Militar.

Esta homenagem se dá num momento peculiar da vida nacional, e por que não dizer da vida mundial. Além da questão da crise econômica, que hoje afeta todos os países do mundo, vivemos momento de acirramento da violência, e, de forma muito especial, do acirramento da violência no Brasil, que tem várias causas, desde as que passam pelo processo de urbanização acelerada sem infraestrutura correspondente para servir à população, a defasagem dos níveis educacionais do nosso País, a falta de políticas sociais, as imensas diferenças sociais e regionais, enfim, até quadros que contribuem para o acirramento da violência em nosso País.

E, como já foi dito aqui, se é estratégico que se invista em políticas sociais, em políticas de prevenção à violência, é claro que também se torna fundamental o combate a essa violência em todas as suas manifestações.

É preciso, para isso, que se dê condições às forças de segurança – Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros – para que elas possam cumprir as suas tarefas constitucional, que se invista mais em tecnologia, em informação, em comunicação, em qualificação, em remuneração, em segurança desses trabalhadores da segurança pública, para que a Polícia Militar possa cumprir a sua missão tão importante para todos os cidadãos.

Quero fazer uma reflexão. O Senador Cristovam elogiou a Polícia Militar do Distrito Federal como uma excepcional Polícia Militar. Não quero compará-la com a dos demais Estados, mas posso testemunhar que temos aqui uma Polícia Militar de grande qualidade, e dizer que aqui no Distrito Federal, como disse o Senador Arthur Virgílio, ainda temos um padrão de segurança pública superior à média das cidades e dos Estados brasileiros. E não é por falta de problemas, porque temos, aqui na nossa região, um crescimento populacional estrondoso, muitas vezes desordenado,

e temos, aqui na nossa região, as maiores diferenças de renda do Brasil.

Temos uma região, como o Plano Piloto, de renda *per capita* muito alta, mas temos a região do Entorno, ainda muito pobre, extremamente pobre e carente de todos os tipos de políticas públicas e de infra-estrutura urbana.

No entanto, graças ao trabalho da Polícia Militar, ainda temos uma segurança pública no Distrito Federal acima da média nacional.

É por isso, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, Senador Adelmir Santana, Srs. Oficiais, Srs. Praças, que, apesar da merecida homenagem que se faz ao bicentenário da Polícia Militar do Distrito Federal, o momento também deve servir para reflexões da sociedade e, principalmente, do Governo Federal e dos Governos Estaduais, que necessitam buscar meios de valorizar as carreiras de segurança pública e fornecer os equipamentos adequados para que as corporações possam exercer adequadamente a missão que a Constituição lhes outorgou.

Em discurso realizado na Câmara dos Deputados, na semana passada, meu colega de Bancada, o Deputado Capitão Assumção, que é egresso da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, fez um apelo para a necessidade urgente de adoção de medidas que protejam os agentes de segurança pública no País. Segundo o Parlamentar, a cada dezessete horas, morre um desses agentes no Brasil. Dados como esse demonstram que o Estado não está valorizando adequadamente aqueles que defendem a sociedade brasileira.

Nesse sentido, eu me solidarizo com as instituições de segurança pública, em especial com a Polícia Militar do Distrito Federal, apoiando o seu pleito e solicitando que a Casa Civil da Presidência da República encaminhe ao Congresso Nacional, o mais breve possível, a medida provisória que estabelece o realinhamento de vagas na carreira, além do plano de cargos e salários da corporação.

A proposta de medida provisória enviada pelo GDF à Casa Civil ainda prevê a criação de um adicional de risco de morte para todos os policiais militares que estejam na ativa. Nada mais justo para aqueles que lidam, dia a dia, com a possibilidade de morte ou ferimento no cumprimento de seu dever de dar segurança ao conjunto de cidadãos. Ainda mais se compararmos a outras carreiras, como agentes do Detran, por exemplo, que já possuem o direito ao adicional por periculosidade. Pela proposta enviada, o adicional de periculosidade devido aos policiais militares será composto de uma parcela de R\$250,00, devida retroativamente a 1º de abril, e parcelas anuais de R\$150,00, até completar o valor de R\$1.000,00.

Aproveito este momento de homenagem à Polícia Militar, de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à Nação brasileira ao longo desses duzentos anos de história, para solicitar aos nobres Deputados e aos nobres Senadores, desde já, o apoio a esta medida, que é um passo, um passo pequeno, mas um passo importante no reconhecimento da importância desses profissionais para a segurança pública do Distrito Federal.

Parabéns a todos vocês.

Contem com o apoio da Bancada do PSB. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Agradeço ao Deputado Rodrigo Rollemberg.

Peço ao Sr. Deputado Tadeu Filippelli, coautor do requerimento que ensejou a realização desta sessão de homenagem, que presida, daqui para frente, uma vez que tenho um projeto terminativo em análise na Comissão de Educação e estou sendo chamado para estar presente lá.

Parabéns, mais uma vez, a todos.

Passo a Presidência ao Deputado Tadeu Filippelli.

O Sr. Adelmir Santana, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Deputado Tadeu Filippelli.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Filippelli. PMDB – DF) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gim Argello, pela liderança do PTB no Senado Federal. (Pausa.)

Neste momento, não está presente no plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Capitão Assumção, do PSB.

O SR. CAPITÃO ASSUMÇÃO (PSB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Federal Tadeu Filippelli, do Distrito Federal, é uma grande honra tê-lo presidindo este evento que comemora o bicentenário da Polícia Militar do Distrito Federal.

Saúdo a comissão maravilhosa destes trabalhos. Saúdo também nosso Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Dr. Valdir Lemos. É um grande prazer conhecê-lo pessoalmente; já o conhecia bem de ouvir dizer, mas não pessoalmente.

Deixe-me ver quem mais está aqui presente. Quem já esteve presente aqui foi o Senador Cristovam Buarque.

Saúdo o nosso Comandante-Geral, Coronel Cerqueira, que nos recebeu, através da sua assessoria, maravilhosamente bem no dia em que fizemos uma visita à PMDF, e ele se encontrava defendendo, não somente uma parcela da Polícia Militar do Distrito Federal, mas todos os policiais militares.

Isso é muito importante, porque hoje temos aqui praticamente a grande maioria dos Comandantes-Gerais, e esse Comandante compra a briga de todos os policiais militares. E temos outros nobres exemplos, como o Coronel Edson, que já comandou a Polícia Militar de Goiás.

Também quero saudar nosso Deputado Bessa, componente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Federal. O nosso companheiro, que hoje considero grande amigo, Deputado Paes de Lira, um grande companheiro, a quem reafirmo que estamos juntos nessa empreitada para que o senso comum não prevaleça entre os congressistas e entre o nosso amado Senado. E vamos falar um pouco sobre isso nesta homenagem pelo transcurso dos duzentos anos da PMDF.

Nosso amado Rodrigo Rollemberg lembrou um pronunciamento feito na semana passada, na Câmara Federal, em que comprovávamos, por dados estatísticos, que estão matando nossos operadores de segurança pública. E através de nossos Congressistas, de nossos Senadores, do Governo, não podemos deixar que isso aconteça. Quanto vale a vida de um operador de segurança? É inestimável. Os verdadeiros heróis desta Nação estão morrendo diariamente. E diuturnamente estão saindo às ruas, com todas as dificuldades, para defender a Nação brasileira. E não são reconhecidos por isso, como deveriam.

Dessa forma, parabenizo o brilhante pronunciamento do nosso Líder Rodrigo Rollemberg, que soube se manifestou aqui como se fosse um policial militar de fato.

Saúdo também todos os policiais militares do Distrito Federal, que estão aqui representados. Estou me sentindo em casa. O Deputado Paes de Lira sabe do que estou falando. Estamos em casa aqui. A farda dá uma proximidade muito boa para nós. Saúdo todos os representantes das Forças Armadas presentes nesta solenidade, todos os representantes das Polícias Militares do Brasil e Bombeiros Militares. Saúdo, especificamente, nosso representante da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, uma corporação que, no dia 6 de abril, fez 174 anos de existência. É uma Polícia Militar também de muito orgulho e de muito comprometimento com a segurança pública capixaba. Peço ao nosso querido Coronel Marchesi que se posicionasse de pé. Muito obrigado, Coronel. Ele não é envolvido com segurança pública, mas é um oficial comprometido com segurança pública; é um desbravador no Proerd. O Proerd, Secretário, é uma grande ferramenta para reduzir índices de criminalidade. E ele leva como ninguém essa bandeira adiante. É uma grande honra ter o Coronel Marchesi representando o Comando da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.

Dessa forma, Coronel, parabenizo a Polícia Militar do Distrito Federal por esses duzentos anos. Hoje, todos os militares estaduais, as mais de seiscentas e cinquenta mil famílias brasileiras de operadores de segurança pública se espelham na PMDF, nas suas conquistas, nos seus sonhos, nos seus ideais, na sua forma de trabalho, na sua capacitação e na sua valorização salarial, apesar de todas as péssimas condições de trabalho que nós temos pelo Brasil afora.

E nós, Congressistas, aqui no Parlamento, representamos segmentos tão importantes da Nação brasileira, em que, num dado momento histórico, houve uma ruptura, e os Governos colocaram a responsabilidade da segurança pública, mais precisamente das mazelas da segurança pública, nas costas dos operadores de segurança pública. Porém, nós estamos aqui como a voz contra o senso comum. Os representantes, os operadores de segurança pública representam a Nação brasileira, representam seus Estados de origem, como, especificamente, os Congressistas representam a sociedade, como os Senadores representam os Estados.

Todos os Congressistas precisam ser sensibilizados para o fato de que o senso comum impõe sobre grandes heróis da Nação, que são os operadores de segurança pública. E nós não vamos cessar nossa voz para que o senso comum não prevaleça, porque operador de segurança pública não tem o poder da caneta – como o Senador Arthur Virgílio, instantes atrás, havia falado. Ele não tem o poder de incluir, modificar ou executar políticas de inclusão social, de rede de proteção social. Os operadores de segurança pública estão fazendo das tripas coração, literalmente, para que os índices de criminalidade já não saltem para patamares mais do que assustadores.

Então, hoje, essa voz é incessante, consistente e determinada, para que o senso comum não prevaleça nas nossas Casas de Leis; para que nossos heróis, nossas mais de 650 mil famílias no Brasil se sintam valorizadas, com uma voz incessante em prol da defesa da nossa segurança pública, da nossa verdadeira segurança pública.

Dessa forma, Sr. Presidente, encerro dizendo que nosso mandato está à disposição da sociedade brasileira, especialmente da nossa sociedade capixaba, tão angustiada com a segurança pública. A cada dia, morrem cinco cidadãos capixabas. É tristíssimo. E a responsabilidade não é dos segmentos de segurança pública, não é dos operadores de segurança pública. Nós não temos o poder de inclusão social. Nós não temos nenhuma ferramenta de inclusão social ou de rede de proteção social, mas, mesmo assim, diariamente, nossos operadores estão saindo às ruas e, muitas

vezes, voltando dentro de um caixão, sem nenhuma valorização de parte do nosso Estado, e estamos morrendo às pences.

Nós vamos batalhar enquanto for possível, enquanto Deus determinar que nós vejamos aqui essa voz.

Dessa forma, encerro este pronunciamento, Sr. Presidente, enaltecedo, mais uma vez, essa Polícia Militar que, hoje, é o espelho de todas as Polícias Militares do Brasil e de todos os Corpos de Bombeiros do Brasil, de todos os operadores de segurança pública, desejando a todos, a todos os policiais militares do Distrito Federal, que tenham orgulho da sua farda, porque poucas são as profissões em que a sua família tem orgulho e satisfação de vê-lo voltando para casa depois de um dia de muitas dificuldades, sabendo que tem, dentro de casa, um grande herói.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Filippelli. PMDB – DF) – Encerrada a manifestação do Capitão Assumção, concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncio o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Deputado Tadeu Filippelli, Presidente desta ilustre e solene comemoração; Exmº Sr. Capitão de Mar e Guerra, Cid Augusto Claro Junior, representando o Comandante da Marinha do Brasil; Exmº Sr. Coronel Ivan Gonçalves da Rocha, Chefe da Casa Militar do Governo do Distrito Federal; Exmº Sr. Coronel Anselmo José de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, representando todos os comandantes das corporações dos Estados; Exmº Sr. Coronel Sebastião Vaz da Silva, Presidente do Conselho Nacional de Chefes de Casas e Gabinetes Militares do Brasil, representando todos os chefes dos Estados; Sr. Ednilton Viana, Subsecretário de Relações Institucionais do Governo do Distrito; senhores membros da Polícia Militar, senhores membros do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, senhoras e senhores presentes a esta solenidade, Srs. Oficiais, Srs. Praças, telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado que nos acompanham neste vasto território, sou do Rio de Janeiro e não poderia deixar de vir aqui hoje para prestar minha comovida e sincera homenagem a estes, como disse o Capitão, heróis do cotidiano e do dia a dia.

Não poderia deixar de estar aqui representando a voz do Rio, porque foi no Rio de Janeiro que surgiu a divisão militar da Guarda da Corte, que é o núcleo, o embrião da Polícia Militar do Distrito Federal – primeiro, do Rio de Janeiro, porque foi o primeiro Distrito

Federal do Brasil, Capital do Brasil desde 1763 e até 1960, quando nós cedemos nossos heróis para virem formar a Polícia Militar de Brasília, num dos grandes sacrifícios que o Rio fez por esta Capital, que é, Deputado Tadeu Filippelli, V. Ex^a que representa bem este Distrito, essa imensa força. Aqui se retemperam todas as essências, acrisolam-se todas as essências da nossa nacionalidade, da nossa brasiliidade. Brasília é realmente uma âncora do que há na alma do homem brasileiro, e o Rio de Janeiro tem muito na sua contribuição para essa Polícia e para esta Capital.

Já dizem na minha terra que, em 1822, quando D. Pedro I viajou para São Paulo e, às margens do Ipiranga, deu o brado da Independência, concretizando, naquela legenda bela, estupenda, os sonhos de Frei Caneca e Tiradentes, foi a Polícia, foi a Guarda da Corte que manteve a ordem na cidade do Rio de Janeiro, como também o fez galhardamente, em novembro de 1864, quando Solano López invadiu as terras do Rio Grande do Sul, quando eclodiu a Guerra do Paraguai, o batalhão, a Guarda dos Voluntários da Pátria foi treinada no atual Quartel Central da Polícia Militar, na rua Evaristo da Veiga, no centro da cidade do Rio de Janeiro, foi ali que nós formamos. E ali também surge a chama da nossa nacionalidade, porque, naquele momento, a Guarda da Corte era composta por vinte mil homens.

Dom Pedro II se viu em uma situação muito difícil, reuniu seu Ministério e, no decreto dos Voluntários da Pátria, publicado no **Jornal do Commercio** – esse jornal circula até hoje, com dois emes, lá na minha terra –, dava condições também – é bom sempre que se diga isto – aos negros, aos escravos de pertencerm a esse batalhão e receberem a alforria, quando voltassem da guerra. Trinta mil negros se inscrevem no batalhão dos Voluntários da Pátria, marcham para o Rio Grande do Sul, onde o Brasil, juntamente com a Argentina e o Uruguai, formam a Tríplice Aliança, e, depois de cinco anos de combates sangrentos, derrotam as forças do invasor. E é triste, porque os Voluntários da Pátria voltam heróis, mas têm alforria sem trabalho e sem moradia.

Caxias defendia que todos os brasileiros, independentemente de serem índios, negros – ou até estrangeiros –, que vestissem a farda do Exército Brasileiro deveriam ser cidadãos. Mas, infelizmente, os políticos não permitiram isso. Naquela ocasião, havia apenas um partido político, o Partido Republicano Paulista, que gostava ou que se aproveitava da escravidão, para desgastar a Monarquia, tanto que, no Brasil, a escravidão só termina em 1888, e, em 1889, carcomidas, caem as cortes do Império.

Então, esses heróis da guerra, esses voluntários da guerra, esses homens que vestiram a nossa farda voltam, mas, tendo alforria sem trabalho e sem moradia, vão criar os primeiros núcleos das favelas do Rio de Janeiro.

As favelas do Rio de Janeiro, seus primeiros núcleos das habitações são feitos com heróis de guerra explorados. E pior, o Estado cria um paradigma: a partir daí, fica autorizado a tantos quantos empreendedores da minha terra, estrangeiros e nacionais, que viessem, para construir seja um estaleiro, seja um armazém trazer gente do interior, nordestinos, negros ou alforriados, explorá-los, pagar um salário suficiente apenas para comerem e se vestirem e, na hora de morar, que ajeitem um barraco no morro. Deem um jeito. Vão viver. Virem-se.

Hoje o Rio tem mais de mil favelas. Hoje o Rio de Janeiro tem 300 mil crimes cometidos por ano. Os senhores, que sabem das estatísticas, podem comprovar. O Rio tem 70 mil furtos por ano, mais de 50 mil carros são roubados. Talvez, dessas estatísticas, a que doa mais é a de que, a cada quatro dias, um policial é expulso da corporação gloriosa da Polícia Militar por uma série de conflitos que marcam a nossa cidadania.

Não há notícias na história de que alguma nação se haja formado culta, poderosa, influente sem a presença de grandes líderes, capazes, nas virtudes e defeitos de seus povos, de “argamassar” nas veras da alma da sua gente, do seu povo, dos seus povos, homens viris, fortes, valentes, incorruptíveis, capazes de manter o olhar fito no futuro e de rasgar, nesses horizontes da esperança, a perspectiva iluminada do nosso destino de Nação. Por isso é tão importante a farda da Polícia Militar. Por isso é tão importante esta solenidade que estamos fazendo aqui agora, no momento em que voltamos os olhos para o passado e vemos tanta luta, tanto suor, tanto sangue! E vemos, no presente, muita expectativa.

Nossa Polícia Militar é tratada com um dos piores salários. Graças a Deus, em Brasília, as condições são melhores. Mas a do Rio de Janeiro, nem os nossos aposentados! São poucos. São poucos da época em que o Rio de Janeiro ainda era a capital, que ficaram. Aposentados. Pensionistas. Por um gesto de ingratidão, o Governo os retirou dos reajustes que os senhores recebem em Brasília. São poucos homens. Não faz nenhuma diferença ao Erário, mas machuca a alma, o espírito. Não há coisa pior do que a gente envelhecer. A velhice já é dura. Agora, a velhice desprezada é uma desgraça, uma amargura! Seria um gesto que se faria a esses homens e que representaria muito no moral dos jovens, do soldado ao coronel, que hoje olham para o

futuro muitas vezes desalentados, porque veem que, depois de anos de combate e de esforço, verdadeiros heróis são entregues ao relento social.

Sr. Presidente, eu não quero delongar-me, mas queria aqui deixar consignado este elogio que faço e as orações que encaminho a Deus pela Polícia Militar do Distrito Federal. E não posso também deixar de citar a Polícia Federal do ex-Distrito Federal, do meu Estado do Rio de Janeiro.

São homens que hoje, como já foi dito aqui e faço questão de repetir, enfrentam a morte no cotidiano, às vezes são covardemente assassinados, e muitos deles têm dupla jornada: são seguranças. Seguranças até da Igreja que frequento. Muitas vezes, aos domingos, lá vejo policiais militares; é uma coisa que todos nós vemos. Precisam complementar a renda. E, como Senador, legislador, o que faço, senão cumprimentá-los, às vezes até um tanto envergonhado, por não poder, politicamente, dar uma solução a essa situação constrangedora. Mas é a realidade.

Então, Sr. Presidente, fica aqui consignado este discurso de um Senador de uma vida pública obscura, anônima, desprevensiosa, mas que, com sinceridade, hoje ocupou a tribuna, para honrar aqueles que merecem a honra. Agradeço a todos esse espaço de tempo e peço a Deus que os guarde e ilumine.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Filippelli. PMDB – DF) – Parabenizamos e agradecemos as palavras do Senador Marcelo Crivella.

Passamos a palavra ao nobre Deputado Paes de Lira.

O SR. PAES DE LIRA (PTC – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Deputado Tadeu Filippelli, que preside este justo ato de homenagem à histórica e heróica Polícia Militar do Distrito Federal; Exmº Sr. Dr. Valmir Lemos de Oliveira, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal; Coronel Anselmo, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil; Exmº Sr. Coronel Camilo, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a minha Polícia Militar, em cuja pessoa peço permissão para cumprimentar todos os Comandantes-Gerais aqui presentes e também os Chefes de Casas Militares e Gabinetes Militares do Brasil; Exmº Sr. Capitão de Mar e Guerra Cid Augusto Claro Junior, que representa neste ato o Comandante da Marinha do Brasil, em cuja pessoa peço permissão para cumprimentar todos os militares das Forças Armadas aqui presentes; ilustres Srs. Parlamentares; senhoras e senhores; caros amigos, estou muito traumatizado, porque acabei de saber

que a minha Polícia Militar não é a melhor do País. E quase não tenho mais forças para prosseguir no meu discurso.

Mas, como ela foi superada neste ato pela decana dessas instituições, eu me curvo à realidade e à necessária homenagem à decana, embora essa disputa com a Polícia Militar do Rio de Janeiro jamais vá terminar, para saber realmente qual delas é a instituição decana.

Merece destaque a Polícia Militar do Distrito Federal, não só pela qualidade alegada aqui, mas pela qualidade manifesta, que é observável por qualquer cidadão brasileiro de boa vontade.

Mas, afastando-me um pouco do chiste, no dia 10 de maio, nós comemoramos, lá em São Paulo, o Dia do Herói Policial Militar. É uma data recém-instituída por uma lei estadual. Não foi à toa que essa data foi escolhida. É o dia do sacrifício do herói-símbolo da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Alberto Mendes Júnior, morto desnecessariamente no Vale do Ribeira, quando combatia grupos guerrilheiros que naquela ocasião estavam fora da lei, em um momento de dissociação do País de certos rumos políticos, em um momento de exceção. Prisioneiro de combate do grupo de Carlos Lamarca, que deveria ter respeitado a sua vida, por todas as convenções de guerra vigentes no mundo, foi assassinado no dia 10 de maio de 1970. Mas não morreu. Alberto Mendes Júnior não morreu. Está vivo e está aqui entre nós, neste momento, com toda a sua presença valente, cavalheiresca, altaneira, de um oficial, um jovem Segundo-Tenente da Polícia Militar, que soube praticar o ato mais sublime de heroísmo que um homem em armas pode praticar, o de doar a própria vida para preservar a vida de seus subordinados. Foi exatamente isso que ele fez. Ele se erigiu em um herói que merece figurar no panteão dos heróis nacionais; e mereceria figurar no panteão dos heróis nacionais de qualquer nação civilizada.

Portanto, vale a pena lembrar – e aqui estou apenas repetindo o que outros ilustres oradores antes fizeram – a figura do policial militar como um herói da causa pública, como um combatente da causa pública, como alguém – homem e mulher – que presta o juramento solene, ao ingressar em cada uma das nossas instituições de, se necessário, em defesa da Constituição, em defesa das instituições, em defesa das pessoas, em defesa de seus concidadãos, sacrificar o bem mais precioso que qualquer ser humano tem que é o próprio sopro de vida.

E frequentemente eles cumprem à risca esse juramento, como cumpriu Alberto Mendes Júnior, como cumpriram tantos policiais militares do Distrito Federal, como têm cumprido com preço de tanto sangue

os policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, e muito especialmente também os do Estado de São Paulo.

Na madrugada do dia 30 passado, nós tivemos o desprazer de perder mais duas vidas preciosas. Dois humildes soldados do 10º Batalhão de Polícia Militar que, na região metropolitana, em defesa da sociedade, na preservação da ordem pública, zelando pela segurança pública, na tentativa de oferecer uma noite tranquila aos seus concidadãos, foram covardemente assassinados por grupos de criminosos do crime organizado com mais de cinquenta tiros de fuzil.

Esse nobre preço de sangue é o que quero destacar aqui. Foi destacado por muitos brilhantes oradores. Esse nobre preço de sangue nem sempre tem sequer o reconhecimento material necessário para a tranquilidade da família desses humildes cidadãos brasileiros em armas, que têm a coragem de ir às fileiras das forças estaduais para, com grave risco quotidiano de vida, defender pessoas que talvez nem conheçam, frequentemente nem conhecem.

Eu disse, num discurso nesta Casa – perdão –, na Câmara dos Deputados, exatamente na manhã do dia seguinte após o fato de Santo André, quando muitos oradores falavam brilhantemente a respeito do dia do trabalhador, que era o 1º de maio então, que havia uma categoria de trabalhadores muito injustiçada, que havia uma categoria de trabalhadores muito carente de reconhecimento, que havia uma categoria de trabalhadores que oferecia a sua própria vida sem o devido suporte material, e essa categoria era exatamente a dos militares estaduais, que, em holocausto, no combate às chamas ou no combate ao crime, oferecem, repito, frequentemente a sua própria vida.

Então, este ato de homenagem à heróica e decana Polícia Militar do Distrito Federal eu acredito que deva ser utilizado, sim, como um manifesto, como um libelo muito mais do que como uma homenagem – merecida – a essa instituição, a todo o significado histórico das forças estaduais, que se traduz até mesmo em operações de guerra, por exemplo, na Guerra do Paraguai. Vem-me à memória, por exemplo, a presença do 5º Batalhão da Polícia da Bahia na Batalha do Riachuelo – uma coisa bastante interessante – e em tantas ocasiões em que sempre houve o sacrifício de generoso sangue brasileiro fardado. Seja nas lides da ordem pública ou incorporados às fileiras do Exército Brasileiro, ou mesmo da Marinha do Brasil, no caso do Riachuelo, as polícias militares marcaram a sua presença na história do Brasil, como marcam presença na história dos seus respectivos Estados.

Um manifesto e um libelo para que a sociedade perceba que está na hora de tratar melhor o seu policial

militar, para que a sociedade conscientize-se de que há necessidade de cuidar com um pouco mais de carinho dos seus humildes policiais militares, com um pouco mais de atenção, de cuidado. E eu digo isso também num sentido muito prático do cotidiano: os cidadãos brasileiros de cada rincão do País, de cada bairro das grandes cidades talvez nem entendam que o policial militar, apesar de suas carências materiais, apesar de suas dificuldades materiais, muito provavelmente estaria feliz se recebesse um tapinha no ombro, um cumprimento no dia a dia, um gesto de respeito, um sorriso de consideração e de amizade. E vale a pena exortar o nosso povo a fazer isso, vale a pena contar o nosso lado de uma história sofrida, mesmo que seja num momento traumático da história do Brasil, para, finalmente, atingirmos esse patamar.

Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, a nova Polícia Militar do Estado de São Paulo, com apenas 177 anos de idade, na minha pessoa, abraça, carinhosamente, a Polícia Militar do Distrito Federal e oferece a esta Polícia um gesto de reconhecimento e de gratidão também, porque sabe que aqui, no Planalto Central, na sede do Governo Federal, no Distrito Federal, existe uma instituição galharda, viril, forte, corajosa, composta também de heróis a defender todo dia, com grave sacrifício de vida, os seus concidadãos.

Portanto, parabéns à Polícia Militar do Distrito Federal no seu bicentenário e que Deus guarde o seu Comandante-Geral e todos os seus oficiais, suboficiais, cabos e soldados no cumprimento do dever. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Filippelli. PMDB – DF) – Parabenizamos e agradecemos as palavras do Deputado Paes de Lira.

Concedemos a palavra, agora, ao nobre Deputado João Campos, PSDB, Goiás.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado amigo Tadeu Filippelli, cumprimento V. Ex^a, os demais subscritores do expediente que deu causa a esta sessão solene pela feliz iniciativa; cumprimento S. Ex^a o Sr. Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Dr. Valmir Lemos de Oliveira, amigo, profissional de segurança pública, que vem realizando um grande trabalho aqui no Distrito Federal; cumprimento a S. Ex^a o Coronel Antonio José Cerqueira, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal; cumprimento a S. Ex^a o Coronel Anselmo José de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, representando todos os Comandantes das Corporações dos Estados;

cumprimento S. Ex^a o Coronel Sebastião Vaz da Silva, Presidente do Conselho Nacional de Chefes de Casas e Gabinetes Militares do Brasil, representando todos os Chefes dos Estados – o Coronel Vaz, amigo, Chefe da Casa Militar do meu Estado, o Estado de Goiás; cumprimento todos os senhores integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal; vejo aqui colegas policiais da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil, da Polícia Ferroviária Federal, e acho, inclusive, interessante porque é algo que une a todos nós, eu que também sou policial civil pelo Estado de Goiás. E que, independentemente do adjetivo que se agregam, todos nós somos policiais, independentemente de ser civil, federal, rodoviário federal, ferroviário federal ou militar, todos nós somos policiais.

Quero cumprimentar os parlamentares que aqui se fazem presentes, ressaltando a presença do colega Deputado Capitão Assumção, do Deputado Major Fábio e do Deputado Coronel Paes de Lira, que terminou de fazer seu pronunciamento, colegas que integram a bancada dos operadores de segurança pública na Câmara Federal e que fazem nessa Casa do Congresso Nacional um trabalho muito importante em favor da segurança pública brasileira.

Gosto de, principalmente nestas oportunidades, falar do que penso, sinto enfim, mas, como venho a esta tribuna em meu nome próprio, mas particularmente em nome da bancada do meu partido na Câmara, e o partido teve o cuidado de elaborar um pronunciamento, vou me ater ao pronunciamento elaborado pelo partido, até em respeito às inteligências que preparam este texto.

Mas não sem antes dizer que ingressei na Polícia Civil de Goiás em 1983, como Escrivão de Polícia, Coronel Vaz, e hoje sou Delegado de Polícia de Classe Especial – estou licenciado em função do mandato. A minha primeira lotação foi numa cidade hoje importante da região metropolitana, a segunda maior cidade do Estado de Goiás, mas que, à época, era uma das pequeninas cidades de Goiás: Aparecida de Goiânia. Ao me apresentar, integrei um destacamento da Polícia Militar. A propósito, aproveito esta oportunidade para fazer uma homenagem àqueles colegas que foram os meus primeiros companheiros da atividade policial, para saudá-los e registrar seus nomes aqui: Sargento Aires, Cabo Guilherme e os soldados Taveira, Santos e Valter. Éramos nós a equipe de policiais em Aparecida de Goiânia em 1983. Foi muito bom trabalhar com eles.

Antes de ler esse texto, gostaria de dizer a todos que aqui comparecem que temos o compromisso de apoiar, de forma integral, a PEC nº 300, já admitida na Câmara dos Deputados, agora com encaminhamento para uma comissão especial. Essa PEC conta com nosso apoio integral e absoluto.

A Câmara dos Deputados tem uma comissão nova, que é a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, criada a partir da CPI do Narcotráfico, que tem sido o órgão da Câmara Federal que tem servido de referência para os policiais brasileiros e para a sociedade no debate dos temas relacionados à segurança pública, portanto, à violência e à criminalidade.

O Senado deve à sociedade brasileira e aos operadores de segurança pública do Brasil um órgão equivalente. Que o Senado possa ter, em pouco espaço de tempo, uma comissão que debata, que discuta, que trate de forma específica desses temas, porque a segurança pública hoje talvez seja o tema que mais angustia a sociedade brasileira.

Permitam-me, portanto, proceder à leitura deste texto elaborado pelo meu partido na Câmara.

Inicialmente gostaria de oferecer meus cumprimentos ao deputado Tadeu Filippelli pela iniciativa de requerer ao Congresso Nacional a realização desta Sessão Solene em comemoração ao Bicentenário da Polícia Militar do Distrito Federal e de todos saudar em meu nome e em nome da Liderança do PSDB na Câmara Federal – permitam-me acrescentar aqui também os evangélicos do Brasil, já que presido, no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Evangélica; os evangélicos do Brasil têm muitos membros nas forças policiais e têm absoluto respeito e consideração pela Polícia Militar.

Saudo, assim, as autoridades – já enumeradas pelo Presidente –, os convidados, os oficiais e praças da gloriosa Polícia Militar e sua harmoniosa banda, que aqui vieram abrilhantar esta Sessão Solene.

A história da Polícia Militar tem sua origem nas Forças Policiais que foram criadas à época do Brasil Império, período de nossa história que teve início em 1808, com a chegada de Dom João VI – Rei de Portugal – e sua corte ao Rio de Janeiro em virtude das guerras na Europa promovidas por Napoleão Bonaparte.

O impacto da vinda da família real e da corte portuguesa para a colônia foi notável nas áreas política, social e econômica, visto que, Portugal e seu império passavam a ser regidos da colônia pelo Rei. Sobre este tema, tivemos no ano passado, durante as comemorações dos duzentos anos da chegada da família real ao Brasil, vários eventos destacando os diversos feitos realizados por Dom João VI, que frutificaram e chegaram aos nossos dias, fortes, com raízes profundas, saudáveis e imponentes, como a Biblioteca Pública, a Academia de Belas Artes, o Banco do Brasil, o Jardim Botânico, e outras instituições e atos políticos – como a abertura dos portos brasileiros – semeando no Brasil os caminhos para a modernidade.

Entre as importantes realizações do Rei de Portugal, senhoras e senhores, em 13 de maio de 1809, foi criada a “Guarda Real de Polícia”, subordinada ao governador das Armas da Corte, que era o comandante de força militar que, por sua vez, era subordinada ao intendente-geral de polícia; surgia, assim, no Rio de Janeiro, a primeira Polícia Militar no Brasil.

Em 1831, em face de uma série de insurgências contra o governo imperial, que era governado por Regentes devido à abdicação de Pedro I, filho de Dom João VI, em favor do filho, ainda menor, Pedro II, o então Ministro da Justiça, Padre Antonio Diogo Feijó, sugeriu a formação de um Corpo de Guardas Municipais Permanentes.

Surgiu, assim, o Corpo de Guardas do Rio de Janeiro e, a partir daí, vários estados aderiram à idéia e foram montando suas próprias polícias.

A partir da Constituição Federal de 1946, as corporações dos estados passaram a ser denominadas Polícia Militar, com exceção do Rio Grande do Sul, que manteve o nome de Brigada Militar.

Atualmente a Polícia Militar em todo o Brasil tem um efetivo de aproximadamente 420 mil policiais militares, sendo que o estado de São Paulo é o que possui o maior efetivo com mais de cem mil homens.

Em 1953, no 1º Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia, Hilda Macedo, professora assistente de Criminologia da Escola de Polícia de São Paulo, apresentou sua tese sobre a necessidade de empregar mulheres em missões policiais em nosso País. A idéia foi bem-vinda e, em 12 de maio de 1955, o então Governador Jânio Quadros assinou decreto criando o Corpo de Policiamento Especial Feminino, que se tornou a primeira polícia feminina do País e da América Latina.

Inicialmente foi atribuído às policiais mulheres o trabalho de proteger mulheres e jovens, entretanto, devido à crescente violência, as mulheres passaram a fazer trabalhos como os dos homens e, hoje, portam armas letais e atuam no policiamento ostensivo, como qualquer PM homem. Em todo o Brasil, cerca de 10% do contingente de policiais militares são mulheres.

A primeira mulher a comandar uma tropa masculina no Brasil foi a coronel Luciene Magalhães de Albuquerque, que, em 1992, assumiu o comando do 34º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, onde, durante três anos, comandou oitocentos policiais homens.

Entre os feitos gloriosos de Luciene Magalhães, destaca-se a instituição do Policiamento Comunitário, que buscava integrar a polícia com a população. Coronel Luciene e seus policiais foram de casa em casa, em todas as ruas – em uma região violentíssima de Belo

Horizonte –, explicar aos moradores a importância da polícia e sociedade caminharem no mesmo rumo.

O resultado não poderia ser melhor. Os índices de violência caíram substancialmente.

Em 2007, a coronel Luciene assumiu o cargo de Subchefe do Estado Maior da Polícia Militar de Minas Gerais, o terceiro mais importante na hierarquia da corporação.

À medida que o Brasil urbanizou-se – basta verificarmos que, até a década de 1950, o país era eminentemente rural, com mais de 65% da população vivendo no campo e que, hoje, 82% vivem em cidades –, os problemas de segurança pública se intensificaram e tornaram-se cada vez mais complexos.

A Polícia Militar, para responder aos novos desafios, senhoras e senhores, precisou criar divisões especializadas, que vão desde a interceptação de crimes de informática até a repressão a crimes ambientais, tais como o corte ilegal de árvores e o tráfico de animais silvestres.

Batalhões altamente treinados e especializados estão hoje combatendo o crime: o Batalhão de Operações Especiais – BOPE, o Comando de Operações Especiais – COE, o Grupo de Ações Táticas – CAE, e outras que existem em todos os comandos da PM em todo o país.

Hoje a Polícia Militar, em todos os Estados, utiliza a moderna tecnologia da informação e busca estar integrada ao mundo moderno para ter os meios necessários para combater bandidos que usam sofisticados meios tecnológicos para planejar e executar seus crimes.

No combate ao crime, senhoras e senhores, que vão desde o tráfico de drogas e animais silvestres a assaltos com reféns e desativação de bombas, houve a necessidade de serem criadas unidades especiais na Polícia Militar, como a Cavalaria, a de Cães adestrados, os grupos de choque e batalhões de trânsito, cuja campanha de fiscalizar os que consomem bebidas alcoólicas antes de dirigir mudou esse mau hábito de muitos motoristas.

Outras unidades especializadas interagem com o público na prevenção de conflitos, como em estádios de futebol, onde os PMs, de costas para o espetáculo do futebol, fixam seus olhos na assistência e, muitas vezes, são impelidos a intervir para aplacar a raiva dos torcedores. Também atuam na integração e reabilitação de deficientes físicos e mentais por meio da Equoterapia, que usa o cavalo e a equitação na ajuda a pessoas portadoras de deficiências em busca do desenvolvimento biopsicossocial.

Os grupos de Choque têm como função acabar com motins e rebeliões em presídios e também dis-

suadir nas ruas protestos e manifestações violentas. Naturalmente, é a unidade que sofre as maiores críticas da sociedade, pois aparece, nos meios de comunicação de massa, como agressiva e com excesso de rigor. Entretanto, infelizmente, vivemos uma época violenta e de intolerância social, que, muitas vezes, levam a excessos.

O que difere um Policial Militar comum, aquele responsável pelo patrulhamento ostensivo dos policiais de batalhões especiais, é o tipo de treinamento e o limite de ação. O PM de um batalhão especializado, como por exemplo, o de Choque, recebe mais treinamento que o policial comum, que trabalha dia a dia, circulando pela cidade em sua viatura. Entretanto, ambos têm o mesmo objetivo: proteger as pessoas da ação de criminosos.

O Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, em reconhecimento aos serviços prestados pela Polícia Militar e à comemoração dos seus 200 anos, assinou o Decreto nº 29.952, de 19 de janeiro de 2009, instituindo a Medalha Comemorativa ao Bicentenário da Polícia Militar do Distrito Federal, para agraciar policiais militares e pessoas que tenham prestado relevantes serviços à Corporação. Trata-se de uma justa e bela homenagem.

Entre as homenagens e festividades programadas para a comemoração do bicentenário da Polícia Militar do DF, a população aguarda, com grande expectativa, a 5ª Edição da Corrida Tiradentes, corrida de rua a ser realizada no próximo dia 17.

A corrida de rua promovida pela PM tornou-se parte do calendário de eventos festivos de Brasília, e a população comparece em massa para correr, torcer ou aguardar os sorteios de prêmios, de patrocinadores, que, este ano, reservaram R\$30 mil em prêmios, além da realização de sorteio de brindes.

Parabéns a todos os integrantes da Polícia Militar e a seus familiares, que, muitas vezes, no anonimato, vibram ou choram por aqueles entes queridos que ingressarem em uma carreira, cuja missão é proteger o próximo com o risco da própria vida.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Parabéns! Que Deus abençoe a todos! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Filippelli. PMDB – DF) – Obrigado, Deputado João Campos.

Nós gostaríamos de registrar que o Senador Romeu Tuma esteve presente neste plenário durante a sessão, porém, em virtude de compromissos assumidos anteriormente e dado o adiantado da hora, teve que se retirar, mas damos como lido o seu pronunciamento e o registro nos Anais nesta Casa.

Passamos a palavra ao Exmº Sr. Coronel Antonio José Cerqueira, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. ANTONIO JOSÉ CERQUEIRA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Deputado Federal Tadeu Filippelli, que neste momento preside esta sessão solene em comemoração ao Bicentenário da Polícia Militar do Distrito Federal, em nome de quem cumprimento os Senadores da República, Deputados Federais e demais autoridades presentes nesta sessão solene, Exmº Sr. Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, Exmos Srs. Comandantes-Gerais e Chefes de Casas e de Gabinetes Militares dos Estados da Federação, senhoras e senhores convidados, prezados policiais militares do Distrito Federal, há 200 anos Dom João VI, no Palácio do Rio de Janeiro, percebendo a necessidade de prover a segurança e a tranquilidade públicas daquela cidade, por meio de um decreto da Corte, criou a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, fruto da experiência vivenciada em Lisboa, quando lá idealizou instituição semelhante.

Na ocasião, motivou seu ato solene, expressando as reconhecidas vantagens que a população de Lisboa obteve, no que tange ao chamado “boa ordem e sossego público”.

Ao longo de todos esses anos, a então Guarda Real de Polícia, acompanhando as mudanças sociais e políticas do País, sofreu diversas reformulações. Essas modificações, aliadas aos valorosos militares que a integraram, permitiram uma gloriosa trajetória, caminho forjado que nos permitem estar aqui neste momento celebrando esta data marcante.

Como participante ativo e essencial em todos os grandes momentos da Nação brasileira, em 1966, 150 homens da antiga Brigada Policial do Distrito Federal, sediada no Rio de Janeiro, denominada de Polícia Militar do Distrito Federal, deslocaram-se para o Planalto Central com a nobre missão de trabalhar na manutenção da ordem e segurança públicas da Capital promissora de todos os brasileiros.

Composta, atualmente, por mais de quinze mil policiais militares no serviço ativo e presente em todas as cidades do Distrito Federal, a Polícia Militar é um dos órgãos do Estado mais presentes junto à nossa população. De dia ou de noite, faça chuva ou faça sol, nos grandes centros urbanos ou nos rincões mais remotos do nosso território, enfim, onde e quando alguém precisar dos nossos serviços, lá estará um policial militar sempre pronto a atender a um novo chamado.

Senhoras e senhores, esse é um relato sucinto da história desta corporação, que amanhã completa

duzentos anos de existência. Fragmento lacônico, mas não menos importante, pois conhecer nosso passado é o que permite a compreensão do nosso presente, propiciando a projeção de um futuro próspero, que permita um serviço de qualidade cada vez melhor no atendimento dos anseios de nossa população.

Estas formulações são fundamentais para uma organização que tem a sublime missão de trabalhar na preservação de vidas e para o bem-estar social.

Por isso, Srs. Senadores e Deputados, senhores convidados, esta sessão solene tem um enorme significado para todos nós policiais militares dessa instituição.

Esse ato é carreado de simbolismo, pois expressa o reconhecimento de instituições representantes dos Estados da Federação e do povo brasileiro, cujas histórias confundem-se com a própria história do nosso País.

Aqui nesta Casa são construídas nossas instituições, forjando a solidez imperiosa e imprescindível para o progresso do País e para a prosperidade do seu povo.

Assim como nas Câmaras Alta e Baixa do Congresso Nacional, as Polícias Militares e, em particular, a Polícia Militar do Distrito Federal jamais se furtou no cumprimento de seus papéis institucionais, permanecendo presente em todos os momentos da Nação brasileira.

Nessa nova ordem constitucional, somos sabedores dos novos enfoques sociais e institucionais previstos para as nossas corporações. Zelar diligentemente pela segurança pública, pelo direito do cidadão de ir e vir, de ter respeitada a sua integridade física e moral e seu patrimônio é nosso dever, um compromisso com o rol mais básico dos direitos humanos que devem ser garantidos.

Para ressaltar a importância da Polícia Militar como instrumento garantidor do Estado Democrático de Direito e do bem-estar social, valho-me das palavras do ilustre professor Ricardo Brisola Balestreri, em sua obra *Direitos Humanos: Coisa de Polícia*. Ele diz:

A polícia é, portanto, uma espécie de superego social indispensável em culturas urbanas, complexas e de interesses conflitantes, contenedora do óbvio caos a que estaríamos expostos na absurda hipótese de sua inexistência.

Por isso, o trabalho árduo e incessante dos integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal para o perfeito cumprimento de sua missão constitucional. Atividade que ganha relevo, em virtude de a Capital Federal acolher as grandes manifestações nacionais,

as diversas missões diplomáticas, os poderes constituídos da República e ser ela palco das grandes decisões nacionais.

Quanto à violência que assola nossos cidadãos, estamos vigilantes, travando uma luta diuturna, buscando o aprimoramento profissional e técnico, bem como uma aproximação maior com a comunidade, chamando-a para as discussões dos assuntos que a afligem.

Feliz o poder constituinte originário que previu, em nossa Carta Magna, que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. O texto constitucional é expresso ao dizer que todas as pessoas que integram a sociedade são responsáveis pela segurança pública.

É chegado o momento, portanto, de uma maior participação de todos os segmentos da sociedade nas atividades de segurança pública, na busca do bem comum, essencial para a vida em sociedade e na busca dos objetivos nacionais.

Nesse contexto, o papel desta Casa de Leis mostra-se primordial. Refiro-me tanto aos projetos encaminhados de interesse das Polícias Militares, que visam, tão-somente, ao interesse público, quanto à convocação de nossas Corporações para participarem das discussões que objetivam dar novos rumos à segurança pública do nosso País.

Nossas instituições, as associações representativas e, principalmente, o Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares podem contribuir decisivamente no avanço das questões de segurança pública, propondo medidas e colaborando na sua implementação.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, estejam certos de que, assim como o Congresso nunca faltou ao Brasil, as Polícias Militares também nunca faltarão.

Em nome de todos os policiais militares – daqueles que se encontram no serviço ativo, daqueles que, por já terem dado a sua contribuição ao serviço público, encontram-se gozando do merecido descanso e, principalmente, daqueles que deram o seu sangue ou as suas vidas em prol da segurança pública – gostaria de agradecer à Bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional, aos Senadores Cristovam Buarque, Adelmir Santana e Gim Argello e aos Deputados Federais Láerte Bessa, Tadeu Filippelli, Geraldo Magela, Rodrigo Rollemberg, Jofran Frejat, Ricardo Quirino, Osório Adriano e José Edmar, pela autoria da proposta que possibilitou a realização desta sessão solene.

Na ocasião, não poderia me furtar ainda ao dever de mencionar que o apoio recebido do Governo do Distrito Federal, nas pessoas do Governador José Roberto Arruda, do Vice-Governador Paulo Octávio e

do Sr. Secretário de Segurança Pública Valmir Lemos de Oliveira – e aproveito para citar – do Sr. Secretário de Transportes Alberto Fraga, tem sido de fundamental importância para que a Polícia Militar do Distrito Federal continue cumprindo, com êxito e galhardia, o seu dever de proporcionar segurança e tranquilidade públicas à nossa população.

Ao tempo em que, em nome de todos os policiais militares da ativa e da inatividade desta bicentenária Corporação, expressamos a honra no recebimento desta homenagem, agradecemos o apoio e o acolhimento dos projetos de interesse das Polícias Militares que tramitam no Congresso Nacional, atos que vêm enaltecer e reafirmar os compromissos e o espírito público dos representantes desta Casa.

Muito obrigado. E que Deus os abençoe. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Filippelli. PMDB – DF) – Antes de encerrar a presente sessão, será cantada a Canção da Polícia Militar do Distrito Federal, por integrantes da corporação.

Convido a todos para nos posicionarmos de pé.

(Procede-se à execução da canção da Polícia Militar do Distrito Federal.)

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Filippelli. PMDB – DF) – Ao encerrar a sessão, a Presidência agradece a presença das autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas e a todos que nos honraram com suas presenças.

O Sr. Senador Romeu Tuma enviou discurso à Mesa, alusivo à presente homenagem, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, alicerçada em firmes valores, a Polícia Militar do Distrito Federal comemora neste ano seu bicentenário. São duzentos anos de dedicação e zelo aos brasileiros.

A trajetória da Polícia Militar começou com a vinda da família real para o Brasil, em 13 de maio de 1809, quando D. João VI criou a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte. Era formada por um Estado Maior, três regimentos de infantaria, um de artilharia e um esquadrão de cavalaria. De lá para cá, a Polícia Militar vem cultivando, cada vez mais, valores de honra, lealdade, ética, honestidade e transparência.

Tantos foram os relevantes serviços prestados à Pátria que o Governo Imperial, em 1924, concedeu

à instituição o maior prêmio que mais ardorosamente pode almejar uma corporação militar: a posse da Bandeira Nacional.

Após a mudança da Capital da República da cidade do Rio de Janeiro, foi determinada a transferência do efetivo de uma Companhia para o Planalto Central. Em substituição à Guarda Especial de Brasília, os militares se instalaram em um barracão improvisado de madeira, apelidado de “Forte Apache”, mais tarde substituído por uma construção de alvenaria, onde viria a funcionar o Primeiro Batalhão de Polícia Militar.

Hoje, a Polícia Militar do Distrito Federal conta com mais de quinze mil valorosos homens e mulheres que trabalham dia e noite para garantir a proteção da população do Distrito Federal. São militares vocacionados que dedicam suas vidas pela segurança e bem-estar social.

Ao longo de sua existência, a Polícia Militar do Distrito Federal não mediou esforços para aprimorar sua estrutura. Seu efetivo é capacitado e apto a enfrentar, inclusive, dificuldades como a falta de verbas destinadas para Segurança Pública, problema que ocorre no Brasil em geral.

Ressalto, nesta tribuna, a implementação de projetos importantes que a Polícia Militar do Distrito Federal tirou do papel para beneficiar seu efetivo e a sociedade brasiliense, como os projetos “Formar” e “Policial do Futuro”. Outras ações também contribuem para o excelente desempenho desses militares, como o oferecimento, para oficiais e praças, de cursos diversificados de pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas; inauguração de dezenas de postos comunitários de segurança e reorganização da estrutura organizacional da Corporação.

São iniciativas como essas que enchem o nosso peito de orgulho em ter uma Polícia Militar como a do Distrito Federal.

Vejo aqui mesmo, em plenário, o orgulho que cada um de vocês tem em envergar esta farda e em pertencer a essa instituição. E, na pessoa do Comandante-Geral, o Coronel Antônio José de Oliveira Cerqueira, saúdo a todos os que integram os quadros da Polícia Militar do Distrito Federal.

Parabéns a todos!

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Filippelli. PMDB – DF) – Está encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 30 minutos.)

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM/PE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em
20.04.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Composição

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 12.03.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 28.04.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

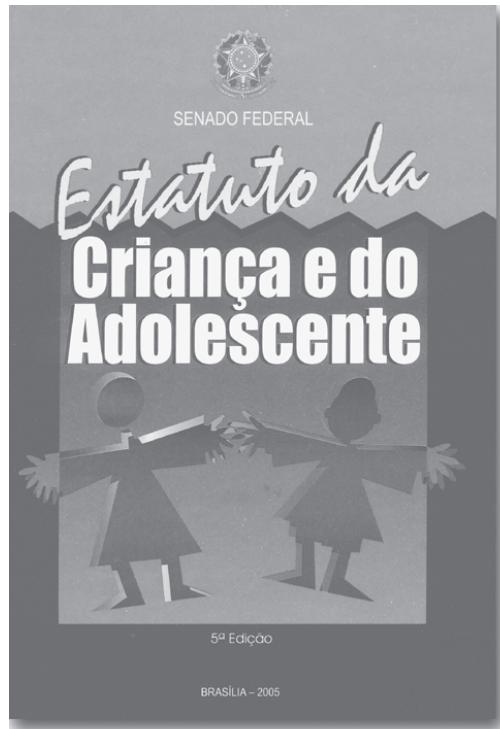
**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

(OS: 12644/2009)